

Eixo

Terapia Ocupacional em Contextos

Sociais

Percepção de adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre a qualidade de vida

Marina Araújo Rosas

Raissa de Oliveira Negrão

Bruno José Da Silva Bezerra

Sayonara Queiroz Coelho

Keise Bastos Gomes Da Nóbrega

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a percepção da qualidade de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Métodos: estudo de corte transversal de abordagens quantitativa e descritiva, realizado com 31 adolescentes, de ambos os sexos, residentes da cidade do Recife, participantes do projeto Esporte e lazer na promoção da Saúde mental. Estes responderam ao questionário KIDSCREEN-52 que investiga a Qualidade de Vida (QV) relacionada à saúde de crianças e adolescentes, avaliando seu bem-estar e saúde subjetiva; contém 52 itens distribuídos nas dimensões: 1. Saúde e atividade física; 2. Sentimentos; 3. Estado emocional; 4. Auto percepção; 5. Autonomia e tempo livre; 6. Família/ambiente familiar; 7. Aspectos financeiros (3 itens); 8. Amigos e apoio social; 9. Ambiente escolar e 10. Provocação/bullying. O instrumento é de autoperenchimento. Resultados: os participantes obtiveram média geral de 77,60%, fato indicativo de boa percepção de qualidade de vida, com participantes do sexo masculino obtendo melhor percepção. Dentre as dimensões avaliadas destacaram-se 2. Sentimentos, 4. Auto percepção e 9. Ambiente escolar com as melhores percepções de QV e 7. Aspectos financeiros, com pior percepção. Conclusão: Os participantes obtiveram boa percepção de QV, apesar do contexto de vulnerabilidade social.

Palavras chave: Adolescência; Qualidade de vida; Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

A fase da vida constituinte entre infância e a vida adulta denomina-se adolescência. Segundo a World Health Organization (WHO) a faixa etária deste período dá-se entre 10 a 19 anos, já o estatuto da criança e do adolescente (ECA) delimita a adolescência entre 12 e 18 anos. Para este estudo usaremos como parâmetro a faixa etária entre 10 a 18 anos de idade (MACEDO et al, 2010; SILVA et al, 2014; WHO, 2016).

Podemos considerar a adolescência como uma das fases mais complexas da jornada humana, dadas às mudanças e conflitos vivenciados nesse período de vida, dentre eles os relacionados à identidade pessoal e mudanças biológicas, neurológicas, psicológicas, sociais e sexuais havendo, portanto, a necessidade de planejamento de estratégias, sejam elas relacionadas a políticas públicas, programas e projetos ou suas peculiaridades no campo da saúde voltada para este público (MAAKAROUN e SOUZA, 2010; FERRÃO e POLI, 2014) .

Para que este processo de mudança supracitado ocorra de maneira positiva é necessário que a pessoa possua qualidade de vida (QV), que trata dos aspectos resultantes para o bem estar em todas as áreas da vida do ser humano em sua integralidade, advindo de vertentes intrínsecas e extrínsecas. Tal bem-estar se inter-relaciona com o conceito de saúde, pois ser um indivíduo saudável requer uma vida com bem-estar físico, mental e social (ASSUMPCÃO, 2010; FORDHMAM et al, 2013).

Um fator que interfere diretamente na qualidade de vida dos adolescentes é a vulnerabilidade social, que não se restringe a uma ameaça à QV do adolescente, mas a um conjunto de fatores no parâmetro social que se caracterizam pela dificuldade pessoal de acesso a suportes sociais. Dada à imaturidade, é nessa fase que a vulnerabilidade se torna mais impactante e ameaçadora, tendo em vista que adolescentes ainda não apresentam capacidades suficientes para enfrentar a realidade desigual na qual estão inseridos, favorecendo envolvimento com a criminalidade, consumo de drogas e infecções sexualmente transmissíveis (IST's), entre outros. Tais condições tornam-se ameaças diretas à qualidade de vida, tendo em vista que QV e vulnerabilidade são fatores inversamente proporcionais (FORDHMAM et al, 2013; SOBRAL et al, 2015). Diante das particularidades apresentadas, o presente estudo tem como objetivo avaliar a percepção da qualidade de vida em adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

METODOLOGIA

Trata-se um estudo de corte transversal de abordagem quantitativa e descritiva, realizado com adolescentes da cidade do Recife participantes do projeto “Esporte e Lazer na Promoção da Saúde Mental de adolescentes em situação de vulnerabilidade social (ELPSM)”. Os critérios de inclusão foram: adolescentes de ambos os sexos; idade entre 10 e 18 anos; alfabetizados; sem presença de deficiência intelectual; inseridos no contexto de vulnerabilidade social e integrantes do projeto ELPSM.

A coleta de dados foi realizada pela equipe de pesquisa, devidamente treinada por professores do curso de Terapia Ocupacional e ocorreu em uma sala nas dependências de uma Universidade pública de Pernambuco, no período de fevereiro a abril de 2016. O instrumento utilizado foi o KIDSCREEN-52.

O KIDSCREEN-52 é um instrumento desenvolvido na Europa e validado no Brasil que investiga a qualidade de vida relacionada a crianças e adolescentes através de 52 itens distribuídos nas dimensões: 1. *Saúde e atividade física* (5 itens); 2. *Sentimentos* (6 itens); 3. *Estado emocional* (7 itens); 4. *Autopercepção* (5 itens); 5. *Autonomia e tempo livre* (5 itens); 6. *Família/ambiente familiar* (6 itens); 7. *Aspectos financeiros* (3 itens); 8. *Amigos e apoio social* (6 itens); 9. *Ambiente escolar* (6 itens) e 10. *Provocação/bullying* (3 itens) (KIDSCREEN, 2014). O presente estudo foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco (CCS/UFPE), de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil referente a pesquisas com seres humanos, sob o número 1.481.001.

RESULTADOS

A amostra total do estudo foi de 31 adolescentes, sendo 22 do sexo masculino e 9 do sexo feminino. A faixa etária preponderante foi de 12 a 15 anos (77,42%), Dentre eles, apenas 3 apresentaram dificuldades em suas condições de saúde. A pontuação média do questionário foi de (201,77), ou seja, (77,60%) do total (considerando a pontuação mínima 52 e máxima 260). As participantes do sexo feminino obtiveram uma média de pontuação (200,55) sendo se comparada ao público masculino (202,27).

Dentre as dimensões avaliadas destacam-se como as melhores avaliadas: 2. *Sentimentos* (83,97%); 4. *Autopercepção* (83,611%) e 9. *Ambiente escolar* (80,64%). Em contrapartida a dimensão pior avaliada foi 7. *Aspectos financeiros* (56,77%). As demais dimensões obtiveram resultados com escores medianos, acima de 73%.

DISCUSSÃO

O resultado geral obtido foi considerado positivo, os adolescentes apresentaram boa percepção de qualidade de vida e escore de (77,60%). A pontuação foi considerada maior se comparada às médias de estudos nacionais que avaliaram adolescentes de escola pública e em situação de vulnerabilidade social, apresentando (67,9%) e (66%) respectivamente. Este

resultado justifica-se devido ao apoio da ONG, a qual a maioria faz parte, uma vez que a mesma se caracteriza diretamente com a rede de apoio em prol da QV de adolescentes. Este tipo de suporte favorece também o bem-estar emocional, aspecto corroborado pela média mais alta (82,76%) na dimensão 2. *Sentimentos* (AZEVEDO e ALVES, 2016).

Outros dois indicadores de melhor percepção de QV foram 4. *Autopercepção* e 9. *Ambiente escolar*. No primeiro foi evidenciado que o sexo masculino apresenta maior contentamento em relação a si e seu próprio corpo. Deste modo, a sociedade pode ser apontada como principal influenciadora desse aspecto, devido à valorização de padrões de beleza ideais que impõe em especial ao sexo feminino. Em relação à dimensão 9. *Ambiente escolar* o resultado positivo pode ser reflexo de melhora na educação no país, em qualidade e quantidade de crianças e adolescentes matriculados. Associado a isso, acredita-se que as práticas educativas realizadas pela ONG reforcem positivamente o aspecto avaliado (GUEDES et al, 2014; SOBRAL, et al, 2015).

Em contrapartida, a dimensão com o menor escore 7. *Aspectos financeiros* é um fator que interfere diretamente na QV, devido às dificuldades de aquisição de moradia, alimentação e educação adequadas. Este fator de desigualdade social característico no Brasil dá-se pela presença de políticas públicas falhas que corroboram diretamente na realidade de vulnerabilidade social na adolescência, uma vez que a falta de suporte social e recursos financeiros minimizam a QV e favorecem as práticas negativas, como o acesso às drogas e prostituição. Além disso, bens materiais são considerados importantes para pessoas que ainda estão modelando sua personalidade, uma vez que são facilmente influenciáveis e a sociedade se enquadra como uma importante ferramenta, pois estima quem possui melhores condições financeiras (GUEDES et al, 2014; SOBRAL et al, 2015).

A predominância do sexo masculino nesta pesquisa reflete sua maior participação na sociedade, tendo em vista que o papel da mulher muitas vezes é associado às atividades domiciliares. E se tratando de um projeto envolvendo práticas de atividades físicas a proporção dos participantes relacionada ao sexo é alarmante. Pois, majoritariamente, o sexo masculino é apresentado a atividades que requerem maior esforço físico como demonstração de masculinidade (SOBRAL et al, 2015). Diante do exposto, os adolescentes possuem percepções diferenciadas sobre QV, de acordo com suas visões, opiniões e influências externas. Os resultados obtidos no presente estudo são inerentes a essas particularidades.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos no presente estudo indicaram que adolescência em situação de vulnerabilidade social não é sempre sinônimo de QV insatisfatória, porém é preciso refletir sobre o tipo de assistência recebida por esses indivíduos, uma vez que essa população pode ser moldada positiva ou negativamente, a depender das influências obtidas. E projetos, como o ELPSM, que favorecem autonomia, hábitos de vida saudáveis, bem-estar e protagonismo são ricas ferramentas de promoção de QV. Aspectos relacionados a sentimentos, autopercepção e ambiente escolar foram aspectos positivos na QV dos adolescentes estudados, e conseqüentemente, esses itens devem ser fomentados para não haver declínio. Enquanto aspectos econômicos e sociais, como previsto, influenciaram negativamente percepção de QV, refletindo necessidade de investimento por parte de autoridades em recursos para ganho de espaços que propiciem engajamento em atividades que estimulem QV e minimizem vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

- Macedo, M.M.K.; Azevedo, B.H.; Castan, J.U. Adolescência e Psicanálise. In: Macedo MMK. (Org.). Adolescência e psicanálise: intersecções possíveis. 2nd ed. Porto Alegre: **EDIPUCRS; 2010. p. 15-54.**
- World Health Organization. World Health Statistics 2014. Luxemburg: **WHO; 2014.**
- Silva, M.A.I.; Mello, F.C.M.; Mello, D.F.; Ferriani, M.G.C.; Sampaio, J.M.C.; Oliveira, W.A. Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. **Ciência & Saúde Coletiva. 2014; 19(2): 619-27.**
- Maakaroun, M.F.; Souza, R.C.P. A Consulta do Adolescente. In: Lopez FA, Campos Júnior DC, editores. **Tratado de Pediatria. 2nd ed. Barueri: Manole; 2010. p. 415-21.**
- Ferrão, V.S.; Poli, M.C. Adolescência como tempo do sujeito na psicanálise. **Adolesc. Saude, Rio de Janeiro. 2014 Abr; 11(2): 48-55.**
- Assumpção Júnior F.B. Evolução histórica do conceito de qualidade de vida. In: Assumpção Júnior FB, Kuczynski E, editors. Qualidade de vida na infância e na adolescência: guia para pediatras e profissionais de saúde mental. Porto Alegre: **Artmed; 2010.p. 21-41.**
- Fordham, M., Lovekamp, W.E.; Thomas, D.S.K.; Phillips, B.D. Understanding Social Vulnerability. In: Thomas DSK, Phillips BD, Lovekamp WE, Fothergill, editors. Social Vulnerability to disasters. **2nd ed. New York: CRC Press; 2013. p. 33-56.**
- Azevedo, T.D.P.L.; Alves, E.D. Qualidade de vida de adolescentes: revisão da literatura e perspectivas atuais. **Rev. Gest. Saúde. 2016; 7(2):851-72.**

KIDSCREEN. KIDSCREEN instruments Health-Related Quality of Life Questionnaire for Children and Young People. **The KIDSCREEN Group; 2004.**

Sobral, M.E., Gontijo, D.T., Abdala, D.W.; Cabral, T.N. Avaliação da qualidade de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Rev Bras Promoç Saúde. 2015 Out; 28(4): 568-77**

Guedes, D.P.; Astudillo, H.A.V.; Morales, J.M.M.; Vecino, J.C.; Pires, Júnior R. Calidad de vida relacionada con la salud de adolescentes latinoamericanos. **Rev Panam Salud Publica. 2014;35(1):46–52.**

Potencial terapêutico de orientações acerca das AVD's e AIVD's para refugiados venezuelanos: contribuições da Terapia Ocupacional.

Marcilia Andrade da Silva

Os deslocamentos forçados de grandes contingentes populacionais chamam a atenção da comunidade internacional, destacam-se os refugiados, asilados e apátridas, que por inúmeros motivos tiveram de abandonar sua terra natal. No final de 2017, 22.247 pedidos de refúgio e 8.470 pedidos de residência foram registrados pela Polícia Federal feito por venezuelanos. A crise econômica e política na Venezuela são as principais motivações para o refúgio, incluindo mulheres, crianças, adolescentes, idosos e indígenas. Trata-se de um relato de experiência, de natureza qualitativa, acerca da compreensão dos refugiados no Brasil e a intervenção da terapia ocupacional com o público referido. Realizou-se atividades artesanais, orientações acerca de atividades de vida diária e atividades instrumentais de vida diária a partir do uso de recursos como: mural da rotina com horários definidos, limpeza do espaço, atividades de confecção de tapetes e instrumentos musicais e montagem da horta. As maiores dificuldades encontradas foram o idioma, o choque entre culturas, o que nos fez refletir e analisar em como inseri-los na nova realidade e ainda assim valorizar sua cultura, nos fazendo abrir mão de alguns conceitos e julgamentos, abrindo novos horizontes de compreensão da vivência humana.

Palavras-chave: Refugiados, Terapia Ocupacional, Atividades Cotidianas.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, os deslocamentos forçados de grandes contingentes populacionais chamam a atenção da comunidade internacional. Dentre essa população destacam-se os refugiados, asilados e apátridas, que por inúmeros motivos tiveram de abandonar sua terra natal. De acordo com a Convenção de Genebra de 1951, refugiados são pessoas que são obrigadas a abandonar sua terra natal e procurar a proteção de outros Estados por motivos de raça, religião, nacionalidade ou perseguição. Vale ressaltar, a diferença de migrantes (toda pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum para outro município, região ou país) e de refugiado.

Para (BARBOSA, 2007 apud BÓGUS, 2011, p.2)

Os refugiados são um fenômeno moderno, e ocorre um sofrimento inarrável vivenciado por milhões de criaturas humanas que sobreviveram à grande catástrofe do século XX, a Segunda Guerra Mundial (que ceifou a vida de mais de quarenta milhões de pessoas), levou as Nações Unidas a elaborar uma das mais importantes convenções internacionais, que regula a situação jurídica dos refugiados (BARBOSA, 2007 apud BÓGUS, 2011, p.2).

Nota-se que quando o indivíduo abandona sua terra natal e atinge outro território, três situações podem ocorrer: ser mandado de volta ao seu país, ser acolhido pelo país no qual ingressou ou ser enviado a um terceiro país. Assim, um dos principais objetivos iniciais preconizados pelas políticas públicas que atendem esse público é: a repatriação voluntária, a integração local e o reassentamento.

No contexto histórico, um marco importante foi a Segunda Guerra Mundial, onde ocorreu uma das principais problemáticas dos refugiados e direitos humanos. Nesse período, realizou-se muitas atrocidades ao ser humano como o holocausto e, gerou um dos maiores deslocamentos humanos da história. Diante disso, em 1943, estabeleceu-se a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento, que prestava auxílio não só aos refugiados, mas a todas as pessoas deslocadas em razão da guerra.

Hodiernamente, o Brasil está recebendo um fluxo migratório de refugiados que necessita de grande atenção. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (2018), competente a recomendações e conselhos às entidades públicas desde 2014, publicou uma recomendação emergencial diante da problemática do fluxo migratório de venezuelanos no país.

Entende-se que no final de 2017, 22.247 pedidos de refúgio e 8.470 pedidos de residência foram registrados pela Polícia Federal feito por venezuelanos. A crise econômica e política na Venezuela são as principais motivações para o refúgio, incluindo mulheres, crianças, adolescentes, idosos e indígenas. A parcela principal da população concentra-se na região Norte do Brasil onde 1.100 indígenas venezuelanos estão concentrados em abrigos emergenciais nos municípios de Belém, Santarém, Manaus, Boa Vista e Pacaraima (BRASIL, 2018).

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de natureza qualitativa, acerca da compreensão dos refugiados no Brasil e a intervenção da terapia ocupacional com o público referido. Sobre o método de pesquisa, é realizada a partir de registros disponíveis decorrentes de pesquisas

anteriores em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados.

O artigo foi embasado na análise e compreensão de artigos, teses e monografias encontradas no banco de dados do SCIELO, CAPES, MEDLINE e LILACS e sites como do Conselho Nacional dos Direitos Humanos tendo como descritores as seguintes palavras: Refugiado de fato, Terapia Ocupacional e Direitos humanos.

As intervenções foram realizadas no período de 14 de março a 30 de maio de 2018, uma vez por semana totalizando 12 encontros. O modelo de abordagem escolhido foi o desempenho ocupacional. Esse modelo foi escolhido, pois embasa as práticas desenvolvidas no abrigo tendo em vista que este permeia as áreas, componentes e contextos em que o indivíduo se encontra.

RESULTADOS

Realizou-se atividades artesanais, orientações acerca de atividades de vida diária (alimentação e higiene) e atividades instrumentais de vida diária (gerenciamento financeiro e mobilidade dentro da cidade) a partir do uso de recursos como: mural da rotina com horários definidos, limpeza do espaço, atividades de confecção de tapetes e instrumentos musicais e montagem da horta.

Percebeu-se que os profissionais do abrigo foram participativos e contribuíram com os acadêmicos e houve uma adesão dos venezuelanos às atividades, pois os mesmos tinham habilidades manuais próprias e dificuldade em adequar-se ao espaço e regras do local.

DISCUSSÃO

A atuação da prática curricular de Terapia Ocupacional neste espaço possibilitou que fosse realizada uma integração ensino-serviço-comunidade, foi possível trabalhar a reorganização e adaptação de suas rotinas ao contexto novo, possibilitar a busca de ocupações significativas e papéis ocupacionais bem como favorecer o engajamento e participação ao ambiente de convivência. A Terapia Ocupacional é uma profissão com olhar amplo, porém no campo social busca trabalhar com indivíduos que se encontram em risco social, espaços sociais de negociação cultural e relacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão literária e das práticas realizadas, pôde-se compreender o processo migratório do refugiado, o qual é obrigado a abandonar sua pátria devido aos riscos, como: violações massivas de direitos humanos, conflitos armados e regimes não democráticos. Contemporaneamente, existem documentos e organizações (Declaração dos Direitos Humanos, Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado, Declaração de Cartagena) que os asseguram, principalmente no Brasil que está recebendo um número alto de migrantes venezuelanos na condição de refugiado.

Nossas maiores dificuldades encontradas durante as intervenções foram o idioma no qual nos limitava em repassar em totalidade o que nos era repassado, além disso, outro percalço que tivemos que superar foi o choque entre culturas, o que nos fez refletir e analisar em como inseri-los na nova realidade e ainda assim valorizar sua cultura, nos fazendo abrir mão de alguns conceitos e julgamentos, abrindo novos horizontes de compreensão da vivência humana.



Fonte: Arquivo pessoal.



REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério Público Federal. Procuradoria geral da República. **Sobre a situação dos indígenas da etnia Warao, da região do delta do Orinoco, nas cidades de Boa Vista e**

Pacaraima. 2017. Disponível em: <csbbrasil.org.br/downloads/parecer-tecnico-n208-2017.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019

BÓGUS, L.M.M; RODRIGUES, V.M. **Os refugiados e as políticas de proteção e acolhimento no Brasil: História e Perspectivas.** Espirito Santo: Dimensões, 2011.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos Humanos.** Distrito Federal, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/recomendacoes-1/Recomendao1fluxomigratriovenuelanosnoBrasil_final.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

Intervenções de Terapia Ocupacional Junto a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas sob Regime Fechado: Um Relato de Experiência

Marcilia Andrade da Silva

O Estatuto da Criança e do Adolescente, orienta a implementação de medidas socioeducativas voltadas para crianças ou adolescentes que praticarem algum ato infracional. As medidas socioeducativas são consideradas verdadeiras sanções, porém, com natureza civil e não penal. A Terapia Ocupacional se propõe a contribuir no campo do Sistema Único de Assistência Social atuando e fundamentando sua prática como profissão fundamental na área social, a qual busca a ampliação de vivências e repertórios socioculturais para a vida dos sujeitos. A prática foi conduzida por acadêmicas do 5º semestre do curso de Terapia Ocupacional de uma universidade pública no estado em Belém do Pará como atividade vinculada à disciplina Laboratório Corporal. Os encontros aconteceram com 8 adolescentes entre 14 e 15 anos de um Centro Juvenil Masculino. As práticas foram previamente planejadas e após as intervenções havia relatórios de cada dia para registro das atividades e do desempenho dos adolescentes nos grupos. A experiência terapêutica ocupacional junto ao público de socio educandos favoreceu uma melhor compreensão dos discentes acerca da prática profissional no campo de intervenção social, isto possibilitou conhecer a importância do Terapeuta Ocupacional junto a este público. Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Serviços de Assistência Social, Adolescentes.

INTRODUÇÃO

Os atos considerados ilícitos executados por adolescentes, segundo prevê a legislação brasileira, são abordados sob uma perspectiva judicial e educativa, ficando sob a responsabilidade conjunta da sociedade e do Estado. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente, orienta a implementação de medidas socioeducativas voltadas para crianças ou adolescentes que praticarem algum ato infracional, que é a conduta descrita como crime ou contravenção penal, praticada por criança (menor de 12 anos) ou adolescente (entre 12 e 18 anos), como uma resposta do Estado a fim de responsabilizá-los mas ao mesmo tempo 1243rotege-los (BRASIL, 1990). Segundo Morais e Malfitano (2016), as medidas socioeducativas são consideradas verdadeiras sanções, porém, com natureza civil e não penal. Essas medidas se diversificam em privativas de liberdade, como a internação e a semiliberdade,

ou podem ser executadas em meio aberto, classificadas em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Além do Estatuto da Criança e do Adolescente, outra lei que ampara os adolescentes em conflito com a lei instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo que tem como prioridade a socialização e a ressocialização por meio de processos pedagógicos seja em meio aberto ou restritivo de liberdade. Essas intervenções excluem totalmente atos punitivos, conforme o que há previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (INABA, 2017). Nesse contexto, a Terapia Ocupacional se propõe a contribuir no campo do Sistema Único de Assistência Social atuando e fundamentando sua prática como profissão fundamental na área social, a qual busca a ampliação de vivências e repertórios socioculturais para a vida dos sujeitos. O Sistema Único de Assistência Social pode ser entendido como uma política de defesa dos direitos no sentido social e ético, garantindo a prevenção da ruptura dos vínculos sociais assim como possibilitando resgatar e reestabelecer as situações em que os vínculos familiares e sociais já foram rompidos, desta forma, reprimindo situações em que os direitos humanos se encontrem violados (BRASIL, 2017). Assim, a Terapia Ocupacional Social, para Costa (2012), toma por base a complexidade das trocas sociais, se dedicando à garantia de direitos que ampliem a potência das atividades no cotidiano. Além disso, promove atividades que oferecem oportunidades para que os participantes se apropriem material e simbolicamente de seus espaços de vida e convivência, exercitem seu protagonismo sobre estes e fortaleçam suas relações em redes sociais, bem como atua na mediação e superação de conflitos entre membros das famílias e entre famílias e a comunidade, mediante a proposição de atividades grupais e comunitárias participativas em que haja interdependência no fazer (CHAGAS et al, 2015). Esta prática teve como finalidade investigar as possibilidades interventivas de práticas corporais junto a adolescentes em cumprimentos de medidas socioeducativas sob regime fechado.

METODOLOGIA

A prática foi conduzida por acadêmicas do 5º semestre do curso de Terapia Ocupacional de uma universidade pública no estado em Belém do Pará como atividade vinculada à disciplina Laboratório Corporal. Os encontros aconteceram com 8 adolescentes entre 14 e 15 anos de um Centro Juvenil Masculino, localizado na cidade de Ananindeua no Pará, entre os meses de maio e junho de 2017, acontecendo sempre às sextas-feiras, com 1 hora de duração. RESULTADOS: As práticas foram previamente planejadas e após as intervenções havia relatórios de cada dia para registro das atividades e do desempenho dos adolescentes nos

grupos. As intervenções consistiram em propostas corporais e lúdicas. **DISCUSSÃO:** Durante uma atividade lúdica nomeada “Jogo da Vida”, a qual objetivou a discussão de temas sobre respeito ao próximo, violência, autoconhecimento, dentre outros; os integrantes foram colaborativos e participaram ativamente do jogo e diálogo propostos. Nas dinâmicas corporais percebeu-se grande participação e união do grupo, além do fortalecimento do vínculo entre os socio educandos e os acadêmicos. Também foram utilizados socio dramas, e durante a realização desta metodologia, foi solicitado que os participantes interpretassem cenas que englobassem os temas de união, injustiça, violência, fé, entre outros; nesta atividade, houve pouca adesão dos participantes, que alegaram estar tímidos e sem ideias para criar as cenas da dramatização, demonstrando o que sugere um repertório corporal empobrecido e dificuldade em colocar-se de forma espontânea em diferentes papéis. Foi possível notar que em propostas de jogos corporais livres em espaços abertos, como a quadra de esportes do centro, os adolescentes mostraram-se mais dispostos, interagindo melhor com os acadêmicos. Ao término das intervenções foi realizado um momento de feedback acerca dos encontros, quando os socio educandos demonstraram satisfação e relataram interesse pelas propostas que foram desenvolvidas, enfatizando a diferença de abordagem das mesmas com relação àquelas que compõem a programação do espaço.

CONCLUSÃO

A experiência terapêutica ocupacional junto ao público de 1245ºcio educandos favoreceu uma melhor compreensão dos discentes acerca da prática profissional no campo de intervenção social, isto possibilitou conhecer a importância do Terapeuta Ocupacional junto a este público. Vale ressaltar que os profissionais da instituição demonstraram interesse pelas vivências e solicitaram que houvesse mais práticas da Terapia Ocupacional no centro. Entretanto, esta temática ainda é escassa na literatura, necessitando de mais estudos que abordem a Terapia Ocupacional junto a adolescentes em medidas socioeducativas, para que as intervenções tenham mais fundamentação teórica e, assim, produzam maior impacto na rotina dos serviços e qualidade nos atendimentos. **Descritores:** Adolescente; Defesa da Criança e do Adolescente; Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Norma operacional básica NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do sistema único de assistência social. Brasília, 2017.

COSTA, S. L. Terapia Ocupacional Social: dilemas e possibilidades da atuação junto a povos e comunidades tradicionais. São Paulo: **Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos**, v.20, n. 1, p.43-54, 2012. Disponível em:< www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br >. Acesso em: 10 jun.2019.

CHAGAS, J. N. M; et al. **Terapia Ocupacional na Assistência Social**. Rio de Janeiro,2015.

MORAIS, A. C. M; MALFITANO, A. P. S. O Terapeuta Ocupacional como executor de medidas socioeducativas em meio aberto: discursos na construção de uma prática. São Paulo: **Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos**, v. 24, n. 3, p. 531-542, 2016. Disponível em:< www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br >. Acesso em: 10 jun.2019.

INABA, A. C. S. **A percepção dos profissionais do sistema nacional de atendimento socioeducativo (SINASE) sobre a juventude e o cumprimento de medidas socioeducativas**. Brasília, 2016.

O que favorece ou prejudica a minha saúde mental?” – o olhar de crianças que frequentam um projeto de contra turno escolar*

Maria Fernanda Barboza Cid

Paula Maria Cervelino

Bruna Melo Martins

A produção de conhecimento por meio de estratégias mais democráticas e participativas vai ao encontro do que é preconizado no processo de atenção e promoção da saúde mental infanto-juvenil, na medida em que favorece os processos de cidadania e participação social. Assim, objetivo do presente estudo foi explorar as percepções de crianças em idade escolar a respeito dos fatores presentes no contexto de uma instituição de contra turno escolar que favorecem ou prejudicam a sua própria saúde mental. Participaram desta pesquisa qualitativa de natureza participativa, crianças de 9 a 11 anos vinculadas a uma instituição de contra-turno escolar. Para a produção dos dados foi utilizado o recurso do foto-voz. As análises das fotografias produzidas foram feitas com as próprias crianças por meio de análise temática. O brincar, a prática de esportes, atividades educativas e lúdicas e o contato com a natureza foram apontados pelas crianças como fatores que favorecem a sua saúde mental. Por outro lado, o bullying e outras práticas de violência foram percebidas como prejudiciais. Os resultados obtidos demonstram que as crianças relacionam a “boa” saúde mental com a vivência de atividades prazerosas presentes no cotidiano e, por outro lado, as situações de violência entre pares como prejudiciais, o que vai ao encontro do que tem sido sinalizado por estudiosos do campo da saúde mental infantil. Verificou-se que as crianças demonstraram clareza sobre aquilo que as afeta, portanto, ouvi-las parece ser um caminho para os processos de elaboração de políticas e ações que de fato busquem protegê-las.

Palavras-chave: Crianças; Pesquisa participativa; Saúde mental infantil; Foto-voz, Contra turno escolar.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde estabelece os princípios para uma política de saúde mental infanto-juvenil, partindo da ideia de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e detentores de lugares autênticos de fala e, como tal, são responsáveis por sua demanda e seu

sintoma, não sendo possível pensar em tratamentos e abordagens terapêuticas de forma homogênea e prescritiva e sem considerar os diferentes contextos e setores que fazem parte da vida dessa população (BRASIL, 2014).

A sociologia da infância direciona suas reflexões e práticas no mesmo sentido, buscando desconstruir os preceitos construídos historicamente pelas ciências sociais e humanas a partir do combate da invisibilidade da infância, da afirmação das crianças como atores sociais, da consideração desses indivíduos como sendo reveladores das realidades sociais onde se inserem e da competência atribuída a essa faixa etária devida, buscando considerar a voz ao público infantil, lançando mão, por exemplo, do uso de metodologias participativas para a construção de conhecimento (SOARES; SARMENTO; TÓMAS, 2005).

Observa-se, portanto, que as pesquisas de natureza participativa parecem ir ao encontro do que é preconizado no processo de atenção e promoção da saúde mental desses indivíduos, na medida em que favorecem os processos de cidadania e participação social, elementos considerados como foco das ações de promoção e atenção estratégica dessa população (PARRILLA, et. Al, 2017).

O foto-voz pode ser considerado como um dos recursos que facilita a investigação participativa, devido ao fato que através da fotografia é possível produzir e analisar dados de forma conjunta com os participantes, possibilitando assim que a voz dos mesmos sejam consideradas, a partir de uma atuação ativa ao longo de todo o processo de pesquisa (PARRILLA et. Al, 2017).

No que se refere a ações de promoção à saúde mental infantil, o contexto escolar/educacional, têm sido sinalizado enquanto contexto potencial (MATOS; CARVALHOSA, 2001; TOMÉ et. Al, 2017). Nessa perspectiva, acredita-se que estudos que possam favorecer o diálogo entre saúde mental infantil e contexto escolar, por meio de processos participativos podem subsidiar reflexões que desemboquem em ações que de fato protejam crianças e adolescentes.

OBJETIVOS

Explorar as percepções de crianças em idade escolar a respeito dos fatores presentes no contexto de uma instituição de contra turno escolar que favorecem ou prejudicam a sua própria saúde mental.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, de natureza participativa. Os participantes do presente estudo foram 25 crianças de 9 a 11 anos vinculadas a uma instituição de contra-turno escolar localizada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo.

Todos os procedimentos éticos foram considerados. A etapa de identificação e seleção dos participantes foram realizados de forma conjunta com a equipe da instituição, considerando suas sugestões de melhores estratégias para fazê-lo e o interesse das crianças.

Após um período de ambientação visando conhecer os participantes e a rotina da instituição, as pesquisadoras propuseram a atividade do foto-voz com vistas a favorecer a expressão das crianças participantes, auxiliando-as na identificação da percepção das mesmas sobre os aspectos presentes no contexto da instituição que favorecem e prejudicam sua própria saúde mental.

A atividade do foto-voz e a análise das fotos produzidas aconteceram a partir das seguintes etapas: 1. Apresentação da atividade do foto-voz e preparação para fotografar; 2. Captura das fotos individuais: cada criança tirou seis fotos, sendo três que representavam o que favorece a própria saúde mental e três que representavam o que prejudica a própria saúde mental; 3. Gravação em áudio sobre o significado de cada foto tirada pelas crianças; 4. Impressão das fotos, apresentação das mesmas às crianças e seleção das fotos tiradas para a construção de cartazes coletivos referentes a fatores que favorecem e prejudicam a saúde mental; 5. Roda de conversa gravada em áudio sobre os cartazes, onde as crianças abordaram o significado que atribuíam as imagens que compunham seus cartazes; 6. Apresentação do texto coletivo elaborado pelas pesquisadoras a partir da transcrição dos áudios e validação dos mesmos junto às crianças e combinados sobre o destino que dariam aos cartazes.

RESULTADOS

As análises dos produtos gerados na presente investigação (fotos e análises das crianças), permitiram a identificação de quatro temáticas referentes ao que favorece a saúde mental e uma temática relativa ao que prejudica a mesma, a saber:

O que favorece a saúde mental das crianças: 1. Brincar; 2. Prática de esportes e atividade física; 3. Atividades educativas de forma lúdica; 4. Contato com a natureza.

A seguir, algumas ilustrações de fotos e falas para exemplificar algumas temáticas:

1) Foto produzida e escolhida pelas crianças para representar o brincar e a diversão como algo que favorece a saúde mental:



“ Brincando a gente se distrai e se diverte e isso faz bem para a saúde mental.”

“ Jogar bola faz as pessoas ficarem felizes.”

“ As árvores limpam nosso ar e trazem

Sobre o que prejudica, as crianças apontaram que a vivência do bullying e de outras situações hostis e violentas entre os pares são prejudiciais a sua saúde mental, conforme ilustrado nas seguintes fotos e trechos de fala:

2) Foto produzida e escolhida pelas crianças para representar o bullying como uma situação prejudicial a saúde mental:



“ Quando xingamos uns aos outros nos ofendemos e isso faz mal pro coração.”

“ Quando as pessoas te batem ou brigam com você, você fica triste e magoada.”

DISCUSSÃO

Atividades prazerosas, que envolvam a diversão, a convivência e aprendizagem são consideradas pelas crianças como protetivas a saúde mental enquanto que atos hostis e agressivos entre pares são tidos como fatores de risco. Tal achado parece ir ao encontro do que alguns estudos da área têm indicado especialmente no que se refere à vivência da violência enquanto importante fator de risco relacionado à prejuízos à saúde mental (Zequinão et. al, 2016). Além disso, estudo realizado por Souza e colaboradores (2013) aponta que atividades de lazer e de convivência entre pares são consideradas como fatores protetivos a saúde das crianças na medida em que contribuem para o fortalecimento de aspectos sociais, emocionais e

cognitivos. Porém, o presente estudo avança ao focalizar o olhar das próprias crianças sobre isso, levantando aspectos que podem amenizar ou de fato promover a saúde mental infantil.

Ao longo do processo da pesquisa foi possível notar um grande envolvimento por parte das crianças que se mostravam constantemente motivadas e dispostas para a realização da atividade e conseqüentemente destacando o potencial do foto-voz como recurso facilitador da realização de pesquisas mais participativas, aspectos esses que podem ser reforçados por Parrilla e colaboradoras (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo foi possível verificar o potencial de metodologias mais participativas como contribuintes para a produção de conhecimento na área da saúde mental infantil, na medida em que promove espaço para participação social dos atores diretamente envolvidos, ou seja, as crianças. Além disso, os resultados produzidos pelas crianças sinalizam sobre o potencial das atividades promotoras de prazer, diversão e aprendizagem para a promoção da saúde mental infantil, o que poderá subsidiar futuras práticas e políticas direcionadas para esta população.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS : tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 60 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Escolas recebem recursos para oferecer atividades no contraturno. 2009. Disponível em:<www.portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33182>. Acesso em: 07 set. 2017.
- DELGADO, M. Urban youth and photovoice: Visual ethnography in action. New York: Oxford University Press. 2015.
- MATOS, M.G.D.; CARVALHOSA, S.F. A SAÚDE DOS ADOLESCENTES: AMBIENTE ESCOLAR E BEM-ESTAR. PSICOLOGIA, SAÚDE & DOENÇAS, 2001, 2 (2), p.43-53.
- PARRILLA, A.; RAPOSO-RIVAS, M.; MARTINEZ-FIGUEIRA, E.; DOVAL, M.I. Materiales didácticos para todos: el carácter inclusivo de fotovoz. Educatio Siglo XXI, Vol. 35 nº 3 · 2017, pp. 17-38.

SOARES, N.F., SARMENTO, M. J., TOMÁS, C. Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças . Nuances: estudos sobre educação – ano XI, v. 12, n. 13, jan./dez. 2005.

SOUZA, L.K.D.; SILVEIRA, D.C.; ROCHA, M.A. Lazer e amizade na infância: implicações para saúde, educação e desenvolvimento infantil. *Psicol. Educ*, n.36, São Paulo, jun. 2013.

TOMÉ, G.; MATOS, M.G.D.; GOMES,P.; CAMACHO, I.; GASPAR, T. Promoção da Saúde Mental nas Escolas – Projeto ES´C. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, v.8, p. 173-184, 2017.

ZEQUINÃO, M. A. et al. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 42, n. 1, p.181-198, mar. 2016.

Terapia Ocupacional no Contexto Social: relato de experiência

Carla Larissa Costa Ferreira

Amanda Hanna do Carmo Silva

Alicia Bethina Fernandes de Oliveira

Alane Marques Lima

Carla Tereza Leite Corrêa

Manuela Lima Carvalho da Rocha

A Terapia Ocupacional é conceituada como o uso das ocupações de forma terapêutica, objetivando proporcionar aos indivíduos/grupos a participação da melhor forma possível em papéis, hábitos e rotinas, nos diversos ambientes e contextos em que estão inseridos. No contexto social, o terapeuta ocupacional é um profissional que por se preocupar com o cotidiano e o fazer humano pode vir a ter uma participação significativa na melhoria da atenção oferecida; assim, a presente pesquisa objetiva relatar a atuação da Terapia Ocupacional no contexto social em um lar de acolhimento infanto-juvenil. Foi utilizado como norteador das intervenções os seguintes instrumentos de pesquisa: anamnese terapêutica ocupacional, plano terapêutico ocupacional social e relatório das atividades desenvolvidas.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional; Contexto Social; Anamnese.

INTRODUÇÃO

A Terapia Ocupacional é definida como o uso das ocupações de forma terapêutica, com o objetivo de proporcionar aos indivíduos ou grupos a participação da melhor forma possível em papéis, hábitos e rotinas, nos diversos ambientes em que estão inseridos, seja familiar, social ou de trabalho, tendo em vista as necessidades, seus desejos e o que pode ser concretizado. O terapeuta ocupacional é o profissional qualificado para desenvolver esse trabalho, partindo de um plano de intervenção, baseado nas ocupações do cliente (AOTA, 2015).

O processo da terapia ocupacional é a entrega centrada no cliente de serviços de terapia ocupacional. O processo inclui a avaliação e a intervenção para alcançar os resultados visados, e ocorre no âmbito do domínio de terapia ocupacional, e é facilitada pela perspectiva distinta

de profissionais de terapia ocupacional ao se envolverem em raciocínio clínico, analisando as atividades e ocupações, e colaborando com os clientes (AOTA, 2015).

No contexto social, o terapeuta ocupacional é um profissional que por se preocupar com o cotidiano e o fazer humano pode vir a ter uma participação significativa na melhoria da atenção oferecida (GALHEIGO, 2003).

Dentre a política pública de assistência social, a proteção social especial de alta complexidade, adentra-se no trabalho realizado, uma vez que se trata de um abrigo de crianças e adolescentes, o qual, dentro da política apresenta proteção integral para família e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça (SUAS, 1993).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa objetiva relatar a atuação da Terapia Ocupacional no contexto social em um lar de acolhimento infanto-juvenil.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, descritivo e qualitativo, referente a prática de estágio curricular do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará. A mesma ocorreu no período de fevereiro a abril de 2019 com crianças e adolescentes residentes em um abrigo. As intervenções ocorriam no turno da tarde, quatro vezes por semana. Foi utilizado como norteador das intervenções os seguintes instrumentos de pesquisa: anamnese terapêutica ocupacional, plano terapêutico ocupacional social e Relatório das atividades desenvolvidas.

A anamnese foi produzido pelas acadêmicas e foi baseada na Estrutura e Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3ª edição 2015, sendo este o documento oficial da Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA), o qual descreve os conceitos centrais que fundamentam a prática da terapia ocupacional e constrói uma compreensão comum dos princípios básicos e a visão da profissão. O instrumento produzido possui 9 itens, os quais buscam colher informações sobre o cliente, a fim de traçar um perfil ocupacional, seguido de um plano de intervenção. O instrumento se inicia com a identificação; questiona-se acerca do histórico ocupacional e o processo de institucionalização em si; abrange as ocupações e as habilidades de desempenho; trata-se da rotina da criança ou adolescente; elenca-se os hábitos; contempla os papéis ocupacionais e os rituais. E, por fim contém uma análise conclusiva.

Com base nessa coleta, estrutura-se o plano terapêutico de cada usuário, onde lista-se os problemas sociais encontrados na anamnese e objetivos terapêuticos correspondentes. Por fim, foi elaborado relatórios das atividades constando dados do usuário, duração da sessão,

objetivos terapêuticos, descrição da atividade do dia, método/modelo/ técnicas que embasaram a intervenção e os materiais necessários.

RESULTADOS

Com base nos instrumentos utilizados, foi possível observar na maioria dos dados ocupações afetadas e sentimentos desenvolvidos pelo processo de institucionalização. A ocupação brincar, fundamental para o desenvolvimento humano em suas relações com o ambiente e as pessoas, limita-se devido a preferência dos acolhidos por interações eletrônicas, como televisão e celular, e a disparidade entre as faixas etárias dos indivíduos. Outrossim, negar a identidade ocupacional, isto é, sua história antes do abrigo, e rejeitar a moradia atual são sentimentos frequentes nesse contexto. Assim, dificuldade de expressar sentimentos e emoções, de estabelecer confiança e vínculos afetivos, de reconhecer e respeitar figuras de autoridade, de fomentar e manter relações interpessoais, de seguir regras, bem como a presença de baixo auto estima foram comportamentos e demandas encontrados nesse meio de forma alarmante, gerando atitudes agressivas de caráter verbal e físico. Dessa forma, traçou-se os seguintes objetivos terapêuticos ocupacionais para lidar com os problemas sociais demandados: Proporcionar o fortalecimento de vínculos familiares/afetivos e aceitação da moradia atual; estimular a expressão e reconhecimento de sentimentos reprimidos; favorecer as relações interpessoais, ressignificando o estabelecimento de confiança e exercitando o respeito e valores socialmente éticos.

DISCUSSÃO

De acordo com o estudo de Fernandes, Santos e Gontijo (2007) o determinador para a entrada no abrigo de crianças e adolescentes são aqueles que sofreram maus-tratos, abandonos, ou eram oriundas de famílias extremamente pobres. Essa causa também foi encontrada na aplicação da avaliação terapêutica ocupacional, entretanto a maioria das respostas obtidas não apresentou o real determinador da vinda ao acolhimento.

De acordo com a pesquisa do Ipea “os principais motivos do abrigamento das crianças e dos adolescentes pesquisados estão a carência de recursos materiais e da família (24,1%); abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%); a violência doméstica (11,6%); a dependência química dos pais ou responsáveis (3,5%) e o abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis” (3,3%) (SILVA 2005 apud FERNANDES, SANTOS E GONTIJO 2007).

O abrigo, assim como uma instituição total, é dito como segurador do principal direito de moradia, permitindo também no mesmo, ser espaço de práticas de lazer e atividades de cunho formativo, educativo, correccional ou terapêutico (GOFFMAN 1974 apud CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

Deste modo, observou-se que o abrigo atende as necessidades de moradia, alimentação, educação, saúde e esporte. Porém a forma de funcionamento do local é relatada pela maioria dos abrigados de modo negativo. Pois apesar de ser um contexto de proteção, há riscos nessa relação com o cotidiano das instituições de abrigo (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

O contexto na qual a criança ou adolescente é submetido semelhante as instituições de cuidado infantil têm características de: estruturação não-familiar, convivência intensa entre coetâneos e ausência de espaço individualizado (CARVALHO 2002 apud CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

Com isso, de acordo com Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) é notório que a convivência em abrigamento traz uma quebra de rotina, de convívio familiar, separação da figura de apego e confinamento social. Os quais foram observados diante da avaliação social, como comportamentos de apego evitável ou apego facilitado, agressividade, dificuldades em confiar no outro, desejo de voltar ao lar familiar e desesperança em relação ao futuro.

Uma demanda destacada foi o desejo de ser adotado, apresentado pelos adolescentes, do mesmo modo que estavam com desesperança de alcançar a adoção. E como a perspectiva de vida mostrou-se abalada por não ter a estrutura familiar. Na qual se necessitou intervir com planejamento de vida, independente do contexto.

Essa questão é esclarecida ao afirmar que no processo de adoção, os casais têm preferência por recém-nascidos ou crianças até um ano de idade. Deste modo as crianças mais velhas possuem maiores dificuldades de encontrar uma família substituta, o que afirma que o abrigo se torna um lar permanente e não provisório (FERNANDES; SANTOS; GONTIJO 2007).

Galheigo (2003) afirma que é fundamental que seja elaborado um plano personalizado para cada abrigado. Desta forma os planos terapêuticos ocupacionais, foram baseados nas demandas ocupacionais e sociais apresentadas.

Ainda de acordo com a autora “as ações institucionais devem buscar a organização de uma vida cotidiana mais saudável onde os conflitos institucionais rotineiros possam ser mais adequadamente solucionados e a rotina institucional seja rica em experiências e flexível no funcionamento” (GALHEIGO, 2003).

Diante disso, é possível afirmar que a construção da avaliação social terapêutica ocupacional baseada na Estrutura e Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3º edição, foi de grande importância para orientar as intervenções. De modo que pôde analisar as demandas advindas do contexto, considerando os recursos terapêuticos ocupacionais de Justiça Ocupacional, participação social, advocacia e auto advocacia ocupacional.

CONCLUSÃO

Assim, entende-se que o terapeuta ocupacional está apto a atuar com o público apresentado, através do fazer humano, possuindo um conjunto de possibilidades fundamentadas em métodos e técnicas próprios, destacando-se a Estrutura e Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3º edição, documento oficial feito pela Associação Americana de Terapia Ocupacional, este sendo utilizado durante todo o desenvolvimento, tanto na anamnese quanto nos atendimentos.

A partir da anamnese, realizada de forma individual, traçou-se um plano terapêutico ocupacional, na qual foram listados os problemas sociais encontrados e os objetivos terapêuticos ocupacionais; em seguida, foram feitos os planejamentos terapêuticos ocupacionais, onde buscou-se evidenciar os processos de advocacia, auto advocacia, justiça ocupacional e participação social.

Por fim, por meio da prática do estágio, percebeu-se a importância do campo social para a formação do terapeuta ocupacional, as possibilidades de atuação na área e a falta de conteúdo teórico durante a formação preliminar acadêmica, assim, ressalta-se a relevância de estudos futuros sobre a terapia ocupacional social.

REFERÊNCIAS

American Occupational Therapy Association (2014). **Occupational therapy practice framework: Domain and process** (3rd ed.). American Journal of Occupational Therapy 68 (Suppl.1), S1–S48. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>> Acesso em jun. 2019.

FERNANDES, D. dos S.; SANTOS, D. C. P dos; GONTIJO, D. T. Percepções dos educadores sociais do cotidiano em um abrigo para crianças. **Estudos**. Goiânia, v. 34, n. 1/2, p. 71-84, jan./fev. 2007.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Mal-estar e Subjetividade** – Fortaleza – Vol. VII – Nº 2 – p. 329-352 – set/2007

GALHEIGO, S.M. O abrigo para crianças e adolescentes: considerações acerca do papel do terapeuta ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2003.

Atividades em grupo de Terapia Ocupacional: um relato de experiência com idosos em instituições de longa permanência em Belém, Pará.

Isabel Cristina Santos Rodrigues

Thays Cristina Palheta Melo

Juliana de Silva Lima

Letícia Alves da Silva

Maria de Fátima Goés da Costa

No atual recorte do país, diante do aumento da expectativa de vida e da população crescente da terceira idade, as Instituições de Longa Permanência são uma alternativa para acolher aos idosos diante de situações de vulnerabilidade socioafetiva. Este trabalho trata-se de um relato da experiência vivida numa disciplina prática de Terapia Ocupacional social, que desenvolveu grupos terapêuticos ocupacionais no âmbito da institucionalização. Dentre os resultados e benefícios promovidos pela realização das atividades em grupo, observou-se a promoção da interação social, potencialização da autoestima das idosas e o aumento da funcionalidade. Através da participação em oficinas o indivíduo tem a comunicação estimulada com os outros, além desta proporcionar senso de pertencimento ao grupo e a troca de saberes durante a produção das atividades. Assim, nota-se o caráter imprescindível que os grupos terapêuticos ocupacionais assumem no cotidiano dos idosos institucionalizados, gerando qualidade de vida, saúde e a manutenção da autoimagem.

Palavras- chave: Geriatria, Saúde do Idoso Institucionalizado, Terapia Ocupacional.

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de envelhecimento, alguns sintomas e adoecimentos, como a fragilidade e a dependência podem produzir sentimentos de frustração e acarretarem maiores vulnerabilidades na pessoa idosa. As fragilidades que acometem a pessoa idosa são múltiplas e tendem a variar de acordo com cada pessoa e o contexto em que está incluída, podendo gerar perturbações sociais e o cerceamento da autonomia do idoso (MISSIO; WAGNER; BIRCK, 2017).

As Instituições de Longa Permanência (ILPs) apresentam características residenciais destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com a função de integrar a rede de assistência social à rede de assistência à saúde. Segundo Bentes, Pedroso e Maciel (2012), os idosos ao chegarem às ILPs têm uma drástica redução dos ambientes físico e social, o que requer uma adaptação frente à nova realidade tecida pelo emaranhamento de sentimentos e pensamentos solitários.

O engajamento de idosos nas atividades realizadas em grupos terapêuticos ocupacionais contribui para a retomada e o exercício de novos papéis, permitindo aos idosos o fazer ativo para a promoção de uma vida saudável, independente e socialmente integrada. A formação de novas relações sociais, troca de experiências, participação social e melhoria da autoimagem são alguns dos benefícios atribuídos aos grupos terapêuticos. (PEREZ; ALMEIDA, 2010).

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de atividades em grupos de Terapia Ocupacional com idosas, desenvolvidas a partir do estágio curricular dos discentes do 2º ano do Curso de Terapia Ocupacional de uma universidade pública, desenvolvido em uma ILP no município de Belém do Pará.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, resultante das vivências de discentes do 2º ano do Curso de Terapia Ocupacional. Realizadas de fevereiro a junho de 2019, através de grupos terapêuticos ocupacionais, com 1260 frequência de uma vez por semana. As dinâmicas desenvolvidas objetivaram promover a interação social entre as idosas; promoção do senso de pertencimento das idosas, além de trabalhar a autoestima e a funcionalidade. Algumas das dinâmicas desenvolvidas nos grupos contavam com oficinas, que proporcionam senso de pertencimento a um grupo e favorecem o descobrimento de novas funções.

As atividades dos grupos terapêuticos ocupacionais consistiam em processos manuais como montagem de cartazes, colagem, artesanato e pintura. Dentre os recursos utilizados, incluem-se papéis de diversas texturas, tinta, tecidos, flores, apliques em EVA e lã. Os grupos tinham entre 10 e 15 participantes, do total de 30 idosas que estavam institucionalizadas no abrigo. O número de participantes no grupo deu-se em virtude das debilidades físicas e emocionais apresentadas por algumas idosas do abrigo, que se encontravam acamadas durante a prática, o que impossibilitou o encontro destas com o grupo que acontecia no salão principal da instituição.

RESULTADOS

Durante as observações iniciais, percebeu-se que muitas idosas não expressavam afeto ou afinidade entre si, apesar da aproximação física existente no local, os laços de amizade não eram mantidos, seja em virtude de gostos pessoais, doenças debilitantes ou indisposições existentes. Com isso, deu-se a busca por atividades que estimulassem a integração grupal, a fim de demonstrar a importância destas redes de afeto e gerar o senso de pertencimento das idosas às atividades e ao momento do grupo.

Dentre os benefícios promovidos pela realização das atividades em grupo, através do relato das idosas, observou-se a promoção interação social, por diversas vezes presenciou-se a gradual construção do pensamento coletivo entre as idosas, e se percebeu a evolução no comportamento mais paciente e mais prestativo, a partir das atividades que exigiram o trabalho em equipe e o compartilhamento dos recursos. Os produtos das oficinas proporcionavam expressão artística, maior autoestima e funcionalidade às idosas, a partir da percepção do resultado obtido nas atividades.

DISCUSSÃO

O envelhecimento populacional pode ser entendido como um processo universal e multidimensional, o qual possui repercussões nas diversas esferas da vida do idoso e daqueles que fazem parte do seu cotidiano. Os idosos por vezes encontram-se desolados diante de seu próprio envelhecimento, e podem presenciar o declínio no desempenho físico, habilidades manuais e na capacidade de concentração, gerando um processo de desconstrução da autoimagem; perda da motivação, insegurança, baixa autoestima (GOMES; REIS, 2016; GUEDES; GUEDES; ALMEIDA, 2011). Diante da transição demográfica, aumento da expectativa de vida, diminuição de taxas de fecundidade, e das novas configurações familiares a partir da atual conjuntura do país, conheceu um cenário que exige cada vez mais atenção às pessoas envelhecidas (SALCHER; PORTELLA; SCORTEGAGNA, 2015).

O cotidiano do idoso em uma instituição de longa permanência depende de forma direta aos planejamentos da instituição, o que descaracteriza a percepção do idoso sobre sua autonomia. Por isso, as atividades dos grupos sempre levavam em consideração os gostos das participantes, com o fim de proporcionar maior autoestima e o resgate às preferências de cada idosa. Quando o abrigo também se dispõe a considerar a individualidade de cada idoso, isto

gera uma compreensão mais dedicada quanto ao funcionamento dos serviços (SALCHER; PORTELLA; SCORTEGAGNA, 2015).

De acordo com Bentes, Pedroso e Maciel (2012), as ILPs no Brasil apresentam uma realidade precária, isto é, estão muito abaixo das condições mínimas para o envelhecimento bem-sucedido e se caracterizam como uma modalidade antiga que assiste o idoso fora do seu convívio familiar traz isolamento, inatividade física, mental e, por conseguinte uma redução da qualidade de vida. Porém, segundo a perspectiva social de Alves e colaboradores (2017), os serviços prestados pelas ILPs precisam ser sensíveis às necessidades das pessoas idosas no intuito de reduzir os riscos relacionados à institucionalização, proporcionar conforto, segurança, qualidade de vida e preservar a independência e autonomia.

A escolha dos grupos terapêuticos como atividade principal das práticas surgiu a partir da demanda apresentada nas visitas iniciais, nas quais percebeu-se que o vínculo entre as idosas e o sentimento de pertencimento ao ambiente das instituições eram poucos desenvolvidos. As atividades geralmente apresentavam um viés de “construção”, em que as idosas confeccionavam um cartaz, desenho ou colagem e o material retornava para elas. Através da participação em oficinas, para Castilho (2007), o indivíduo tem a comunicação estimulada com os outros e com o terapeuta, além disso, essas atividades proporcionam senso de pertencimento a um grupo e favorecem o descobrimento de novas funções.

Para Guedes, Guedes e Almeida (2011) as atividades expressivas como a arte e atividades manuais, quando visam a melhoria de capacidades essenciais para a vida cotidiana e para o bem-estar, podem ser capazes de potencializar a autoimagem do público idoso. A autoestima nestes casos está diretamente relacionada à competência e ao valor pessoal adquiridos através da atividade. Os trabalhos manuais realizados diante da perspectiva da institucionalização podem reforçar a importância do “ser coletivo” na convivência humana ao criar laços afetivos, resgatam a necessidade do ser humano de se identificar em um grupo e geram satisfação pessoal ao transmitir saberes que serão úteis na vida do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que o envelhecimento da população exige uma maior atenção e reafirma-se a necessidade da Terapia Ocupacional como aliada ao estímulo e à preservação do envelhecimento saudável, a partir do uso de oficinas para a promoção da autoimagem positiva do idoso. No decorrer de tais experiências, nota-se a contribuição que os grupos de Terapia Ocupacional assumem no cotidiano dos idosos institucionalizados, ao promoverem o acesso à

ocupações, expressão, integração grupal, qualidade de vida e saúde, a partir de aspectos físicos, psicoemocionais e afetivos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Manuela Bastos et al. Instituições de longa permanência para idosos: aspectos físico-estruturais e organizacionais. **Escola Anna Nery**, [s.l.] v. 21, n. 4, 2017.

BENTES, Ana Cláudia de Oliveira; PEDROSO, Janari da Silva; MACIEL, Carlos Alberto Batista. O idoso nas instituições de longa permanência: uma revisão bibliográfica. **Aletheia**, [s.l.], v. 39, n. 38, p.196-205, 2012.

CASTILHO, J. C. N. Cortina de quadrados de tecido: uma produção no hospital psiquiátrico. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v.15, n.2, p. 165-170, 2007

DeCS. 2017. ed. rev. e ampl. São Paulo: BIREME / OPAS / OMS, 2017. Disponível em: < <http://decs.bvsalud.org> >. Acesso em 22 de jun. 2019.

GOMES, Jamília Brito; REIS, Luciana Araújo dos. Descrição dos sintomas de Ansiedade e Depressão em idosos institucionalizados no interior da Bahia, Brasil. **Kairós: Gerontologia**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.175-191, 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/31961>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MISSIO, MarcianeMontagner; WAGNER, Cristiane; BIRCK, Pauline. A Terapia Ocupacional no contexto institucional: um relato de experiência. *Revista Kairós- Gerontologia*, São Paulo, v. 20, n. 2, p.447-459, 2017.

PEREZ, Marina Picazzio; ALMEIDA, Maria Helena Morgani de. O processo de revisão de vida em grupo como recurso terapêutico para idosos em Terapia Ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 3, p. 223-229, 2010.

SALCHER, Eduarda Brum Guedes; PORTELLA, Marilene Rodrigues; SCORTEGAGNA, Helenice de Moura. Cenários de instituições de longa permanência para idosos: retratos da realidade vivenciada por equipe multiprofissional. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.259-272, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2015.14073>. Acesso em: 21 jun. 2019.

A perspectiva do desenvolvimento infantil de crianças em uma creche filantrópica em Belém-PA: um relato de experiência

Ana Vitoria Almeida Ribeiro

Jessica Suellem Nascimento de Moraes

Elana de Cassia da Silva Araújo

Ana Carolina Almeida Ribeiro

Pamela Ferreira Diniz Conceição

Adrine Carvalho dos Santos

O Desenvolvimento Infantil é entendido como parte fundamental do desenvolvimento humano. O presente trabalho tem como objetivo relatar a vivência de acadêmicas de Terapia Ocupacional, a partir da observação de crianças de uma creche sobre a perspectiva do desenvolvimento infantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, tendo como base a observação. Para isso, utilizou-se, também, o instrumento Teste de Triagem de Desenvolvimento de Denver II como recurso avaliativo. Então, mediante aplicação do teste Denver II, concluiu-se que de seis crianças avaliadas, uma apresentou desenvolvimento anormal, e duas delas manifestaram desenvolvimento considerado suspeito. No que compete às outras crianças, pôde-se obter desenvolvimento normal. O déficit identificado associa-se ao ambiente pouco rico em estímulos para autonomia e independência das crianças, às más condições de trabalho da creche e do ambiente familiar, à falta de estímulos, à pouca interação entre as crianças e seus responsáveis. Portanto, é de suma importância que as crianças possam ser frequentemente estimuladas e avaliadas, de forma a desenvolver as habilidades que possuam qualquer tipo de dificuldade e potencializar as já existentes.

Palavras chave: Desenvolvimento Infantil; Creches; Fatores Socioeconômicos; Autocuidado; Desenvolvimento de Linguagem.

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Infantil (DI) é entendido como parte fundamental do desenvolvimento humano, conforme discute Souza (2014). Nesse sentido, a autora aborda ainda que os momentos críticos desse processo ocorrem nos anos iniciais da infância, sendo estes

substanciais para o desenvolvimento. Este processo constitui-se de características biopsicossociais, geneticamente herdadas e experiências propiciadas pelo ambiente.

Logo, o alcance do potencial de cada criança depende do cuidado que se oferece a ela e se este corresponde às necessidades do DI – levando-se em consideração que o DI é uma etapa particular de cada criança. Tal processo é permeado por mudanças progressivas nas habilidades motoras, cognitivas e de linguagem, a respeito das quais a aquisição torna-se progressivamente mais complexa nas atividades de vida diária e na execução da sua função social (SOUZA, 2014).

Para Papalia e Feldman (2013) a linguagem é um mecanismo da comunicação, no qual se faz uso das palavras e da gramática para representar objetos, ações, lugares e pessoas. Logo, a linguagem é uma ferramenta essencial, tendo em vista que facilita a comunicação de necessidades, desejos, sentimentos e ideias, que permite à pessoa, exercer sua função social.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo relatar a vivência de acadêmicas de Terapia Ocupacional da Universidade do Federal do Pará (UFPA), a partir da observação de crianças de uma creche sobre a perspectiva do desenvolvimento infantil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, tendo como base a observação e interação ativa de quatro discentes e diálogos com profissionais da creche. A base metodológica utilizada foi a pesquisa em fontes bibliográficas, no intuito de gerar compreensão sobre o DI e as principais áreas que permeiam esse processo. As atividades foram desenvolvidas durante o mês de junho de 2019, durante três visitas.

Para isso, utilizou-se, também, o instrumento Teste de Triagem de Desenvolvimento de Denver II como recurso avaliativo, haja vista que ele permite acompanhar o desenvolvimento de crianças entre 0 e 6 anos, possibilitando a detecção precoce de atrasos na aquisição e evolução das habilidades motoras finas-adaptativa, motora grossa, da linguagem e do pessoal-social. Para isso, compara-se crianças que aparentam ter desenvolvimento atrasado com àquelas cujo desenvolvimento está dentro dos parâmetros de normalidade (FRANKENBURG et al., 1990).

RESULTADOS

O local da visita é uma creche que recebe crianças de 0 a 3 anos e atua no horário de 7:30 até 15:30. Além das atividades de rotina da creche, as crianças também recebem acompanhamento médico e odontológico periodicamente, visto que as crianças atendidas na creche apresentam histórico de desnutrição e advêm de famílias de baixa renda. Durante as visitas foi possível observar que a rotina do local iniciava-se após a entrada das crianças. As atividades da creche consistiam na troca de roupas pelo uniforme da creche, em seguida as crianças eram posicionadas em filas para a realização de orações e, ao final, eram alimentadas. Posteriormente, as cuidadoras pegavam uma criança por vez para dar banho e depois deixavam-nas na sala para brincar livremente, com intervenções das cuidadoras apenas em momentos em que elas podiam se colocar em risco ou estavam machucando outro colega.

Então, mediante aplicação do teste Denver II com seis crianças da instituição, de idades entre 1 e 3 anos, concluiu-se que de seis crianças avaliadas, uma apresentou cautela e atraso no seu desenvolvimento, sendo a linguagem a área que mostrou falhas mais significativas. Por isso, recomenda-se uma avaliação diagnóstica com profissional adequado, visto que ela apresentou um desenvolvimento anormal. Por conseguinte, dentre os resultados das seis crianças, notou-se que duas delas manifestaram desenvolvimento considerado suspeito. Logo, verifica-se a necessidade de reavaliação para testar novamente as habilidades dessas crianças, haja vista que tal desempenho pode estar ligado às variáveis intrínsecas e/ou extrínsecas delas.

No que compete às outras três crianças observadas, pôde-se obter o resultado de um desenvolvimento normal nos setores avaliados, tendo em vista que as crianças obtiveram êxito em todas atividades previstas para a faixa etária em que elas estão incluídas. Contudo, dentre essas, apenas uma manifestou uma cautela, mas nenhum atraso foi verificado. Segundo a análise e consonante com Frankensburg et al. (1990), ainda que haja uma cautela, mas nenhum atraso, a criança possui o nível de desenvolvimento dentro dos padrões de normalidade.

Todavia, notou-se favorecimentos de suas funções sensório-motoras quando interagem com brinquedos e com o ambiente, testando suas habilidades motoras e sensoriais, haja vista que a criança compreendia como deveria utilizar os recursos. Ademais, já demonstravam discernimento de formas e cores, bem como possuíam noção de causa e efeito.

Diante de tais mostrados, percebe-se que apesar de demonstrarem compreender gestos sociais, apontarem em direção ao que queriam, e entenderem o que falavam para elas, por exemplo, a maioria das crianças da creche não apresentava verbalização ou produziam palavras pouco compreensíveis, havia comprometimento na articulação da fala, na construção de frases completas e coerentes, e seu vocabulário era demasiado restrito.

DISCUSSÃO

Silva, Engstron e Miranda (2015), discutem sobre a maneira como os cuidados são oferecidos às crianças em creches e que ocorrem de forma coletiva – não levando em consideração a singularidade de cada uma – destacam também que tais ações podem comprometer o desenvolvimento delas. Além disso, a execução das atividades das educadoras de creches é, geralmente, limitada pelas más condições de trabalho, principalmente no que diz respeito ao número reduzido de profissionais. Neste sentido, é plausível supor que a grande quantidade de crianças cuidadas por apenas um auxiliar em cada sala prejudica a obtenção de resultados significativamente positivos pelos profissionais (SILVA; ENGSTRON; MIRANDA, 2015). Estes, por exemplo, ao invés de ensinarem as tarefas para as crianças, executam-nas por elas, para maior agilidade, a fim de darem conta da alimentação, higiene e vestuário de todas as crianças em um tempo compatível com a rotina da creche.

Levando em consideração essa perspectiva, notou-se que esses mostrados estiveram presentes no contexto da creche visitada. No local, era visível a dependência das crianças em relação às cuidadoras, visto que as tarefas que as crianças deveriam desempenhar sozinhas, como de autocuidado, frequentemente, eram realizadas pelas cuidadoras, visando cumprir os horários da creche. Portanto, vê-se que a rotina da creche, juntamente com as más condições de trabalho, pode ser um fator potencial para propiciar um ambiente pouco rico em estímulos para autonomia e independência das crianças.

Alencar, Costa e Cavalcante (2018), associaram a suspeita de atraso no desenvolvimento da linguagem à condições inadequadas de estrutura e ambiente familiares, à falta de estímulos que supram as necessidades para que as habilidades da crianças sejam amplamente desenvolvidas, à pouca interação entre as crianças e seus responsáveis. Ademais, os autores citam a desnutrição como um fator envolvido que possibilita o aparecimento de atrasos no desenvolvimento.

Além dos fatores já mencionados, algumas suposições podem ser levantadas para que as possíveis causas do atraso nas crianças que frequentam a creche possam ser compreendidas. Entre elas, cita-se: os fatores ambientais, familiares, biológicos e socioeconômicos. Além de haver influência dos fatores externos relacionados à própria creche, como a falta de estimulação necessária para as crianças e a falta de profissionais adequados. Levando em consideração o fato de que o ambiente em que a criança está inserida influenciam no seu desenvolvimento tanto quanto os aspectos biológicos (PILZ; SCHERMANN, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as observações realizadas durante as visitas à Creche, conclui-se que, devido os estímulos pouco recorrentes e a fatores internos e externos da creche, consonante com motivações intrínsecas e extrínsecas das próprias crianças, a área da linguagem - principalmente dos mais jovens – apresenta algumas situações que precisam de uma estimulação maior se comparada ao desenvolvimento da mesma área em outras crianças de faixa etária equivalente presentes na creche.

Notou-se que ações das cuidadoras e a baixa intensidade de estímulos da linguagem, por exemplo, podem contribuir para o aparecimento de atrasos no desenvolvimento dessas crianças. Tal situação, somada aos fatores intrínsecos e extrínsecos, dificulta o desempenho adequado dessas crianças. Portanto, é importante que essas crianças sejam frequentemente estimuladas a desenvolver as habilidades que possuam qualquer dificuldade e potencializar as já existentes.

REFERÊNCIAS

- FRANKENBURG, W.K.; DODDS, J.; ARCHER, P.; BRESNICK, B.; MASCHKA, P.; FEDELMAN, N.; SHAPIRO, H. Denver II Screening Manual. Denver, CO: Denver Developmental Materials, Inc. 1990.
- PAPALIA, D.E. FELDMAN, R.D. Desenvolvimento Humano. 12. ed. Parte 2, pag 159, 160, 193 – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2013.
- SANTANA, S. M.; ROAZZI, A.; DIAS, M. G. Paradigmas do desenvolvimento cognitivo: uma breve retrospectiva. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 11, n. 1, p. 71-78, Abril, 2006
- SILVA, A. C. D.; ENGSTRON, E.; M.; MIRANDA, C. T. Fatores associados ao desenvolvimento neuropsicomotor em crianças de 6-18 meses de vida inseridas em creches públicas do Município de João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, v. 31, n. 9, p. 1881-1893, Set, 2015.
- SOUZA, J.; VERÍSSIMO, M. Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 23, n. 6, p. 1097-1104, 1 dez. 2015.
- PILZ, E.M.L. SCHERMANN, L.B. Determinantes biológicos e ambientais no desenvolvimento neuropsicomotor em uma amostra de crianças de Canoas/RS. **Cienc. Saúde Coletiva** [online], 2007.

Alencar, C.N. Costa E.F. Cavalcante, L.I.C. Associação entre a Pobreza Familiar e o Desenvolvimento Neuropsicomotor de Crianças na Educação Infantil. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 10, n. 2, p. 89-102, Jul.-Dez., 2018 - ISSN 2175-5027.

Crianças e adolescentes em situação de abrigo institucional: um relato de experiência em Terapia ocupacional Social

Afonso Celso da Luz Cavalcante Júnior

Maria de Fátima Góes da Costa

O Estatuto da Criança e do Adolescente objetiva a proteção integral da criança e do adolescente. As casas e abrigos institucionais devem possuir sua estruturação física e suprir a criança e adolescente não somente nos aspectos físicos, mas também a responsabilidade de zelar e garantir a integridade emocional desses que tiveram seus direitos ameaçados e vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Afirma-se que a Terapia Ocupacional possui o intuito de oportunizar, incrementar e estimular a participação social de sujeitos e de populações inseridas neste contexto. Desse modo, objetivou-se descrever a importância da atuação terapêutica ocupacional junto às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Trata-se de um relato de experiência em um abrigo institucional, de crianças e adolescentes sob proteção judicial, localizado na cidade de Belém, no estado do Pará, realizado por acadêmicos e uma profissional de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará. As intervenções propostas pela Terapia Ocupacional mostraram que as atividades lúdicas envolveram significativamente as crianças, enquanto as atividades manuais engajaram o grupo com as adolescentes, repercutindo no desempenho ocupacional e nos aspectos interrelacionais e emocionais. Somado a isso, o grupo com as funcionárias do abrigo contribuiu para o compartilhamento de experiências, e discussão de temáticas importantes sobre o papel do cuidador e sua influência para o desenvolvimento dos acolhidos. Por conseguinte, notou-se a importância da intervenção terapêutica ocupacional no contexto da vulnerabilidade social, que trouxe benefícios no envolvimento das ocupações das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Terapia Ocupacional; Criança; Adolescente.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, tem por objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, especifica mudanças no formato de acolhimento institucional, reformulando os antigos orfanatos para darem lugar a casa lares e abrigos institucionais, os quais devem possuir sua estruturação física o mais próximo possível com os

cômodos de uma casa comum. Essas instituições devem suprir a criança e adolescente não somente nos aspectos físicos, mas também possuem a responsabilidade de zelar e garantir a integridade emocional desses que tiveram seus direitos ameaçados e vínculos familiares fragilizados ou rompidos, até que retornem para a família ou, caso não seja possível, adotados por uma família substitutiva (LEMOS et al., 2017; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, 2015).

Com isso, nesse período que essa criança e adolescente irão permanecer institucionalizados é dever do Estado que essas possam usufruir dos seus direitos em todos os âmbitos sejam eles emocionais; físicos, sociais que normalmente são dever da família ofertar para que esses cidadãos de direito tenham o desenvolvimento de suas habilidades cercados de apoio, conforto e proteção (LEMOS et al., 2017; CARLOS et al., 2015).

Nesse sentido, a Terapia Ocupacional possui, desde seus primórdios, o intuito de oportunizar, incrementar e estimular a participação social de sujeitos e de populações que se encontram não fazendo o uso de tal por motivos diversos. Para alcançar tais objetivos o terapeuta ocupacional institui ações por meio do diálogo e do envolvimento das pessoas atendidas, desse modo, a participação é vista de forma essencial para os processos em Terapia Ocupacional, não somente considerando os resultados envolvidos (ABRATO & PROJETO METUIA, 2011).

Esse profissional inserido nos Serviços de Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com foco na Alta Complexidade, sobretudo nos Abrigos Institucionais, possuem os objetivos que relacionam-se com as práticas vivenciadas com a Equipe Institucional: o de facilitar e promover a organização cotidiana institucional, criando e valorizando os momentos de convívio e de trocas relacionais e de afeto, bem o de elaborar ações interdisciplinares, além de refletir sobre o papel do técnico e suas responsabilidades durante o acolhimento institucional, além de promover atividades grupais que abordem o fortalecimento de vínculos e facilitem a dinâmica operativa da vida cotidiana institucional (ABRATO & PROJETO METUIA, 2011).

METODOLOGIA

O relato de experiência foi realizado através do estágio supervisionado do 8º semestre do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará, ocorrido no período de 09 de agosto a 24 de setembro de 2018, em um espaço de acolhimento institucional localizado na cidade de Belém no estado do Pará.

O público alvo das intervenções eram crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com faixa etária de 2 a 14 anos de idade, as quais estavam institucionalizadas por diversos motivos, com destituição provisória ou definitiva do poder familiar. As intervenções tinham como objetivos favorecer o desempenho ocupacional e o desenvolvimento saudável, promover socialização, permitindo o estabelecimento de vínculos seguros, ressignificar o ambiente, tornando-o um espaço mais acolhedor para os as crianças e adolescentes, bem como para a equipe multiprofissional. Para tanto, as atividades terapêuticas ocupacionais envolveram diferentes abordagens: lúdicas, psicomotoras, cognitivas, comportamentais, expressivas, corporais e de socialização.

Os encontros tinham duração média de 90 minutos, com 1272 frequência de três vezes por semana. Todas as atividades ocorreram no espaço físico da instituição, com exceção de uma atividade externa, a qual se constituiu de passeio ao Museu da cidade, que foi autorizado pela instituição e teve a participação da equipe e dos familiares que visitam os acolhidos que não estão destituídos definitivamente do poder familiar.

RESULTADOS

Foram realizados 15 encontros, com participação de cinco crianças na faixa etária de 2 à 11 anos, e quatro adolescentes na faixa etária de 12 à 14 anos. Utilizando como principal recurso terapêutico o lúdico, a fim de favorecer a transformação de relações e do espaço de acolhimento a partir do desenvolvimento de brincadeiras, jogos e atividades criativas.

Constatou-se quanto aos tipos de abordagens que as crianças do sexo feminino demonstraram maior interesse pelas propostas que envolveram musicalidade, desenho, pintura e produção de mosaico. Tais atividades permitiam a aproximação com o mundo da fantasia e dos contos de fadas. Enquanto as crianças do sexo masculino preferiram atividades corporais e com substancial gasto de energia, como futebol e circuito psicomotor. As adolescentes se identificaram e demonstraram habilidades manuais nas oficinas de artesanato, como a confecção de objetos.

As intervenções permitiram observar a importância da atuação da Terapia Ocupacional, no contexto da institucionalização para garantia do desempenho ocupacional e do desenvolvimento saudável. Além disso, foram perceptíveis, tanto no cotidiano, quanto pelas falas de funcionários da instituição, evoluções quanto as habilidades sociais, principalmente referentes às relações interpessoais, tanto entre os acolhidos consigo mesmos, quanto entre os acolhidos e a equipe.

Durante as intervenções com os acolhidos, também foi possível desenvolver atividades grupais com a equipe, buscando compartilhamento de experiências, e discussão de temáticas importantes sobre o papel do cuidador e sua influência para o desenvolvimento dos acolhidos. Contribuindo dessa forma, para a qualificação da equipe, repercutindo nas relações desenvolvidas no ambiente, ressignificando o ambiente institucional, favorecendo o enfrentamento da situação de institucionalização pelos acolhidos.

DISCUSSÃO

O ato de brincar possui grande influência para o desenvolvimento infantil, pois por meio dele é possível haver o desenvolvimento de habilidades motoras, psicossociais, a auto-expressão, o favorecimento da autonomia, criatividade e a integração com o ambiente em que a criança está inserida (SILVA E PONTES, 2013).

Partindo do cenário abordado neste contexto, percebe-se a relevância de um terapeuta ocupacional social, para planejar e realizar intervenções que proporcione experiências singulares e significativas, e, favoreça à construção de um território socialmente acessível ao desempenho de atividades, bem como para a criação de espaços de convivência (SILVA, OLIVEIRA, MALFITANO, 2019).

CONCLUSÃO

A experiência permitiu descrever a importância da atuação Terapêutica Ocupacional junto às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, tendo em vista o seu olhar individualizado e ao contexto de forma global, desempenhando atividades com os acolhidos e a equipe que permitiram promover a ressignificação do ambiente, favorecendo o enfrentamento do processo de institucionalização. A propulsão das produções científicas abordando a intervenção da Terapia Ocupacional neste campo de atuação corrobora para difusão e crescimento da profissão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS – ABRATO & PROJETO METUIA. **Terapia Ocupacional na Assistência Social**. ABRATO, 2011.

CARLOS, D.M; FERRIANI, M.G.C; SILVA, M.A.I; ROQUE, E.M.S.T, VENDRUSCOLO, T.S. O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática?. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. mar.-abr. vol. 21, n.2, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n2/pt_0104-1169-rlae-21-02-0579.pdf

LEMOS, S.C.A; GECELE, H.H.L; ANDRADE, J.V. Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional: um estudo de campo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. V.33, p. 1-10, 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3334>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. Cartilha Acolhimento Institucional de criança e adolescentes. **Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude**, Goiás, p. 1-38, 2015. Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2015/06/12/17_19_54_180_Cartilha_Acolhimento_Institucional_de_Crian%C3%A7a_e_Adolescente_MPGO.pdf

SILVA, C. C. B.; PONTES, F. V. A utilização do brincar nas práticas de terapeutas ocupacionais da Baixada Santista. **Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo, v. 24, n. 3, p. 61 Ling. Acadêmica, Batatais, v. 8, n. 4, p. 43-61, jan./jun. 2018 226-232, set./dez, 2013.

SILVA, M. J.; OLIVEIRA, M. L.; MALFITANO, A. P. S. O uso do espaço público da praça: considerações sobre a atuação do terapeuta ocupacional social. **Cad. Bras. Ter. Ocup.** vol.27 no.2 São Carlos Apr./June 2019 Epub May 09, 2019

"ELES QUEREM CANTAR": Intervenção terapêutico ocupacional com adolescentes privados de liberdade

Adriana Lobo Jucá

Naara Raquel de Souza Gomes

Marina Emmanuelle da Silva Santos

Yasmim da Silva Xavier

Os adolescentes que vivenciam um contexto de vulnerabilidade social, podem buscar a criminalidade como referência identitária, o que os leva à situação de privação de liberdade. A Terapia Ocupacional com esse público busca promover a desconstrução de discursos e identidades criminais. Diante disso, o objetivo é descrever o funcionamento de um grupo terapêutico ocupacional com adolescentes privados de liberdade, utilizando a música como recurso terapêutico. Caracteriza-se como um relato de experiência que descreve um grupo terapêutico ocupacional com adolescentes privados de liberdade, num Centro de Internação Provisória masculino na região metropolitana do Recife, durante seis encontros entre maio e junho de 2017. Utilizando recursos significativos para os adolescentes tivemos como objetivos da intervenção estimular o conhecimento pessoal e grupal e promover reflexão crítica sobre escolhas, oportunidades e projetos de vida. Fez-se nítido o interesse dos adolescentes pelos esportes e música, nessa perspectiva buscou-se unir tais temas à reflexão projetos de vida. Assim foi usado repertórios socioculturais que faziam parte do seu convívio social, como letras de rap, funk e bregas. Utilizou-se a música não só por entender que era uma demanda do grupo, mas também pelo potencial terapêutico desta ferramenta, visto que a música é uma expressão artística que traduz grande parte do cotidiano. Além do conhecimento acadêmico com projeção profissional, a experiência que nos possibilitou humanização, empatia, exercício do diálogo, ampliação de nossa visão política sobre a vulnerabilidade social, criminalidade e situação socioeconômica do nosso país e sua repercussão no desenvolvimento dos indivíduos.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional; Adolescente; Música.

INTRODUÇÃO

A adolescência é a fase do desenvolvimento humano, em que ocorrem diversas transformações físicas, cognitivas e psicossociais, essas mudanças são extremamente

complexas e ocorrem simultaneamente a alterações nos papéis sociais e ocupacionais. Os adolescentes que enfrentam essas transformações em contextos de vulnerabilidade social, onde podem estar presentes muitas adversidades, além da frequente ausência de figuras de apoio e referência, podem inclinar-se a práticas criminosas (SANTOS, 2008; KAPPEL, 2014).

A criminalidade e a violência praticadas por adolescentes há muito, são um problema social, político e institucional que aflige famílias e desafia a sociedade política a apresentar respostas institucionais efetivas e eficazes. Na década de 1980, a elaboração e aprovação da convenção internacional dos direitos da criança no exterior, resultaram na aprovação pelo congresso nacional brasileiro da Lei Federal 8.069/90, que instituiu o Estatuto da criança e do adolescente (ECA). A partir dessa lei, a criança e o adolescente passaram a ser concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e alvos de proteção integral. Elaborado por juristas, psicólogos e outros profissionais, o ECA é até hoje uma das legislações mais modernas do mundo quanto aos objetivos de ressocialização e educação dos adolescentes em conflito com a lei, uma vez que prevê a aplicação de medidas socioeducativas, e estas se constituem em condição especial de acesso a todos os direitos sociais, políticos e civis (ESTEVAM; COUTINHO; ARAÚJO, 2009).

A Terapia Ocupacional nas práticas sociais faz uso de atividades visando a produção de cuidado e a reinserção social de indivíduos excluídos por problemas físicos, mentais ou sociais de forma integral e independente. As intervenções são direcionadas a grupos sociais em processos de ruptura de redes sociais de suporte. Nestes grupos, é possível destacar adolescentes em conflito com a lei e privados de liberdade, que passam por um processo de exclusão social a partir de sua institucionalização (SANTOS, 2008; KAPPEL, 2014).

Além disso, é importante que o terapeuta ocupacional, direcione sua atenção para promover a desconstrução de discursos e identidades criminais, construídas ao longo do desenvolvimento do indivíduo, inserido, muitas vezes, em contextos sociais adversos nos quais predominavam a criminalidade e a violência, para possibilitar aos indivíduos a construção ou reconstrução da identidade ocupacional. Além da necessidade de partir da noção de que a ocupação seria um catalisador para a reflexão moral e aquisição de formas de ser e agir alternativas à violência (SANTOS, 2008). Diante disso, o objetivo deste trabalho é relatar o funcionamento de um grupo terapêutico ocupacional com adolescentes privados de liberdade, utilizando a música como recurso terapêutico.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como relato de experiência desenvolvido a partir dos diários de campo elaborados na vivência nas aulas práticas da disciplina de Terapia Ocupacional Social 1, do curso de Terapia Ocupacional da UFPE. Descreve um grupo terapêutico ocupacional com adolescentes privados de liberdade, realizado num Centro de Internação Provisória masculino, localizado na região metropolitana do Recife, durante seis encontros no período entre maio e junho de 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Terapia Ocupacional se propõe a criação de espaços que viabilizem o acolhimento, nos quais as atividades realizadas possam propiciar o resgate das potencialidades dos sujeitos, além de lhes proporcionar redescobertas quanto as suas vitalidades. Sendo assim vê-se o grupo como um espaço potencializador, onde pode haver o fortalecimento da identidade, viabilizando que o indivíduo entenda a si e aos outros, que estão inseridos naquele meio social (CIRINEU, 2016). Sendo assim sob a ótica de Paulo Freire nos propúnhamos a levar uma intervenção libertadora, que se fundamenta na criatividade e na autonomia do sujeito, estimulando-o a reflexão destoando assim da “prática bancária”, a qual domina o sujeito, podendo sua criatividade, matando assim a intencionalidade da consciência (FREIRE, 1987).

As atividades realizadas foram construídas após o primeiro contato, de apresentação e criação de vínculo, com os adolescentes em seus respectivos pavilhões (Tabela 1), através da criação de perfil na rede social (Facebook) em papel, já que os mesmos não possuem acesso a computadores ou internet. Segundo a maioria dos adolescentes, os mesmos faziam uso da rede social acima citada antes da institucionalização, para a Terapia Ocupacional as atividades têm que estar vinculadas às relações sociais, políticas e culturais dos indivíduos, levando em consideração seus desejos e necessidades. Podemos perceber como este recurso facilitou a adesão do grupo à atividade proposta, demonstrando importante significado para eles durante toda intervenção (AOTA, 2014).

Sendo assim, após os primeiros encontros fez-se nítido o interesse dos adolescentes pelos esportes e música, nessa perspectiva tentamos unir tais temas à reflexão sobre o futuro. Buscando para esses adolescentes, a possibilidade de elaboração de projetos de vida e desconstrução dos discursos e identidades criminais, possibilitando o alcance dos desejos e necessidades do sujeito (GONÇALVES, 2016). Assim, foi usado repertórios socioculturais que faziam parte do seu convívio social, como letras de rap, funk e bregas. Utilizamos a música não só por ser uma demanda do grupo, mas também porque entendíamos o potencial terapêutico

desta ferramenta, visto que a música é uma expressão artística que traduz grande parte do cotidiano, podendo ter significância para os adolescentes no momento delicado ao qual vivenciavam, como também podendo ajudar-lhes no processo de reflexão (LEONARDO, 2015).

Tabela 1: Atividades realizadas em ambos pavilhões

Atividades	Objetivos
- Dinâmica de apresentação (ritmos);	- Proporcionar uma apresentação interativa e integradora;
- Construção do acordo;	- Estabelecer acordos entre o grupo;
- Confecção do perfil individual do facebook;	-Proporcionar o autoconhecimento e conhecimento do grupo;
- Confecção da página do grupo.	-Realizar uma atividade grupal colaborativa e identificar interesses em comum.
- Quis musical;	- Promover reflexão crítica e conhecimento sobre projetos de vida;
- Reflexão musical;	- Refletir sobre as escolhas e oportunidades;
- Construção musical.	- Compor uma música que refletisse o grupo.
- “O que você quer ser quando crescer?”;	-Promover a lembrança da identidade de projeção futura, construída quando criança;
- Quis: “Quem sou eu?”	-Identificar e refletir sobre histórias de superação dentro do 1278xporte;
- Discussão sobre profissões	-Elaboração de possíveis projetos de vida.

O efeito potencializador do grupo

Com a realização das atividades, foi possível alcançar os objetivos propostos, como a criação de vínculo, em que os próprios adolescentes eram muito receptivos e participativos durante todas as atividades. A criação de vínculo foi algo perceptível em suas reações, através da confiança que tinham ao compartilhar suas histórias e ao agradecerem a realização da intervenção, solicitando que retornássemos ou que estendêssemos a prática por mais tempo.

Devido ao curto tempo que a prática permitia não era possível aprofundar determinados objetivos, tais como um projeto de vida mais elaborado, que seria algo de maior potencial terapêutico ocupacional se trabalhado a longo prazo. Assim, nossa maior proposta era proporcionar a reflexão sobre possibilidades e potencialidade daqueles indivíduos.

Consideramos tal objetivo alcançado, já que os adolescentes demonstraram reconhecer diversas problemáticas sociais e pessoais, descobriram habilidades e possibilidades, conheceram oportunidades de empregos, cursos técnicos e sanaram algumas dúvidas, como distinções entre profissões e cursos superiores necessários para determinadas carreiras, por exemplo. Diante disso, as intervenções da Terapia Ocupacional puderam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos adolescentes privados de liberdade, promovendo oportunidades de desenvolvimento e experiências da transformação pessoal (SANTOS, 2008).

CONCLUSÃO

A Terapia Ocupacional vem conquistando seu espaço no campo social ao longo dos anos e tem se destacado dentre as demais profissões atuantes na área, por ter como premissa a utilização do fazer humano como instrumento para potencialização dos indivíduos. De modo que, a realização de nossas atividades práticas no local nos permitiu perceber a importância e necessidade da atuação do terapeuta ocupacional em instituições destinadas a esse público. A utilização da música como recurso terapêutico ocupacional possibilitou que os adolescentes se expressassem através da linguagem musical e refletissem conosco sobre as temáticas abordadas, construindo conhecimento.

Portanto, podemos afirmar que os objetivos propostos foram alcançados, e que além do conhecimento acadêmico com projeção profissional, vivenciamos uma experiência que nos possibilitou humanização, empatia, exercício do diálogo, além da ampliação de nossa visão política sobre a vulnerabilidade social, criminalidade e situação socioeconômica do nosso país e sua repercussão no desenvolvimento dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- AOTA. Occupational Therapy Practice. Framework: Domain & Process. 3rd ed. **The American Journal Occupational Therapy**, v. 68, p. 1-49, March/April 2014.
- CIRINEU, C. T.; ASSAD, F. B. A utilização de técnicas de grupo em sala de aula: contribuições para o processo de ensino-aprendizagem na graduação em terapia ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 27, n. 3, p. 349–354, 2016.
- ESTEVAM, I. D.; COUTINHO, L. M. P.; ARAÚJO, L. F. Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: ressocialização ou exclusão social?. **Psico.**, v. 40, n. 1, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GONÇALVES, M. “Eu nem sabia que podia entrar aqui”: promoção de cidadania cultural como experiência de ressignificação de identidade de jovens em conflito com a lei”. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, 2016.

KAPPEL, V. B.; GONTIJO, D. T.; ALVES, H. C. As ações do terapeuta ocupacional na rede de atenção aos adolescentes em conflito com a lei. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 10, 2015.

LEONARDO, F. A. M. A música como forma de ressocialização do menor infrator. **Revista da Faculdade de Direito (UFU)**, v. 43, p. 110-126, 2015.

SANTOS, D. R.; FEDEGER, A. M. O terapeuta ocupacional no processo de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade: transformação através da ocupação. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 19, n. 2, p. 100-107, 2008.

Adolescentes em vulnerabilidade social e a relação familiar

Mayelle Tayana Marinho

Mizaelly Cristina Pereira Gomes

Vera Lúcia Dutra Facundes

Marina Araújo Rosas

Keise Bastos Gomes da Nóbrega

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano marcada por transformações intensas e muitos adolescentes acabam se tornando vulneráveis a problemas de saúde mental. Diante disso, este estudo objetiva estudar a relação familiar de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de um estudo descritivo, de corte transversal, com análise quantitativa dos dados. Participaram 21 adolescentes de ambos os sexos, de 10 a 16 anos. Os dados foram colhidos através de um questionário socioeconômico, a Escala de Exigência e Responsividade e o Ecomapa. Os resultados mostraram que os adolescentes mantêm uma forte relação com seus familiares, exceto as adolescentes que relataram um desequilíbrio na relação com os pais, havendo um maior investimento delas. As adolescentes também obtiveram um nível de exigência mais alto, enquanto que os adolescentes a responsividade. O estilo parental predominante foi o negligente, revelando a necessidade de um maior investimento dos pais com os seus filhos, de forma dialógica, incentivando a autonomia e a interatividade.

Palavras Chaves: Adolescente; Relação Familiar; Vulnerabilidade Social.

INTRODUÇÃO

Para alguns adolescentes essa etapa do desenvolvimento muitas vezes é tomada como período de descontrole emocional e de incertezas, fazendo com que se sintam desorganizados e incompreendidos gerando muitas vezes, com as pessoas mais próximas do seu convívio social, geralmente, os pais e professores. Dessa forma, tornam-se mais vulneráveis a problemas de saúde mental (BRASIL, 2005).

Existem diversos fatores de risco individuais, familiares e socioculturais, que podem levar o adolescente a problemas de saúde mental. É importante salientar que o grande desafio é justamente compreender como esses fatores articulam-se entre si e interferem no comportamento e na saúde humana (ARO, et al., 2005). Estudos apontam a pressão e a angústia

à que o adolescente está sujeito nos dias de hoje frente à impossibilidade de adquirir os bens e recursos materiais e sociais que almeja, de satisfazer os desejos criados pelo mercado e apresentados como necessidades de consumo, além dos padrões estéticos tornam os adolescentes susceptíveis a transtornos alimentares, comportamentais e de ansiedade (AYRES, et al., 2006).

Nessa perspectiva, o arranjo familiar, pode ser identificado como um fator de risco ou de proteção. Podemos observar que a integração dos familiares nas formas do cuidar tem uma dimensão muito mais ampla do que uma simples facilitação do contato de um adulto com o adolescente, uma vez que os pais tem o papel de estar atento, promoverem estímulos, apoiarem nos fracassos e principalmente incentivarem os êxitos, além de respeitarem cada vez mais a individualização do adolescente (ROSA, 2005). A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego. Por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial (KALOUSTIAN; FERRARI, 1994).

O tema proposto para o trabalho foi escolhido com interesse em dar voz ao adolescente, compreender e refletir um pouco mais sobre suas percepções acerca de sua relação familiar. Assim, através desse estudo, pretende-se conhecer, a partir da percepção do adolescente em situação de vulnerabilidade social, como é a sua relação familiar e assim, apresentar subsídios para atuações da equipe multiprofissional, incluindo o terapeuta ocupacional.

METODOLOGIA

Estudo descritivo de corte transversal, com análise quantitativa dos dados. Foi realizado com adolescentes de 10 a 19 anos. A coleta de dados ocorreu durante o período de abril a junho de 2016, em uma universidade pública do estado de Pernambuco. Os instrumentos utilizados foram: um questionário socioeconômico e demográfico, o Ecomapa e a Escala de Responsividade e Exigência, respondidos pelo próprio adolescente. Os dados foram analisados descritivamente. A pesquisa foi aprovada, com parecer de nº1.481.001, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do Centro de Ciências da Saúde, da UFPE, que contempla os requisitos éticos propostos pela Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

O grupo estudado foi composto por 21 adolescentes com faixa etária entre 10 e 16 anos. Destes, doze eram do sexo masculino e nove do sexo feminino. Em sua maioria estavam inseridos no Ensino Fundamental II de escolas públicas, havendo alguns em atraso escolar e dois estavam fora da escola. O nível socioeconômico das famílias era predominantemente baixo, com prevalência da família não nuclear, dos tipos monoparental e extensa, sendo a mãe a figura mais frequente como responsável pelo adolescente.

A análise do ecomapa mostrou que de uma forma geral os adolescentes entrevistados percebem a sua relação familiar como uma relação boa. As meninas referiram uma relação de intensidade forte delas para o pai, porém sentem que não há essa reciprocidade, enquanto os meninos demonstraram ter uma forte relação com todos a sua volta e que na sua percepção existe equilíbrio nessas trocas. Para a análise descritiva da Escala de Responsividade e Exigência, os adolescentes responderam tomando como parâmetro o adulto responsável, que na maioria dos casos fez-se referência à mãe. Foi observado que o estilo parental mais frequente foi o tipo negligente.

DISCUSSÃO

A adolescência costuma ser um período de vários conflitos e turbulências, não só para os adolescentes como para as pessoas do seu convívio diário. Muitos estudos trazem que há um aumento das brigas e disputas entre pais e filhos durante os anos da adolescência. Por esse motivo o diálogo nessa etapa do desenvolvimento é de extrema importância. Autores ainda salientam que, quando a família busca desde cedo estabelecer relações de respeito, confiança, afeto e civilidade entre seus membros, tende a lidar com essa fase do desenvolvimento de uma maneira mais adequada e com menos dificuldades (GOMES; PACHECO; TEIXEIRA, 1999).

A maioria dos participantes do estudo fazem parte de uma família monoparental. As famílias monoparentais têm uma maior fragilidade em sua estrutura, uma vez que os cuidados com os filhos, para quem vive sozinho, são redobrados e o cuidador acaba ficando sobrecarregado, podendo precisar de ajuda de diversas formas (DRUMMOND; DRUMMOND, 1998). Outro fator importante na relação familiar é a situação econômica em que se encontra a família. A condição de baixo nível socioeconômico é citada na literatura como um dos fatores de risco psicossocial na adolescência.

A análise do ecomapa identificou, que apesar da condição de vulnerabilidade social, os adolescentes mantinham forte relação com os seus familiares. A maioria dos adolescentes entrevistados tinha a mãe como seu principal referencial. A relação do pai para com a filha, na

visão das adolescentes é uma relação desequilibrada, havendo maior investimento por parte das adolescentes, diferentemente da sua relação com a mãe. Estudos apontam que por mais que os pais tenham assumido com mais qualidade a paternidade e o cuidado com os filhos e filhas, essa diferença ainda é baixa e não afetam, a clássica divisão entre o que é feminino e o que é masculino no desempenho dos papéis familiares (BENVEGNO et al.,2005). Sugere-se, portanto, que as intervenções de promoção da saúde mental, promovidas pela equipe multiprofissional, incluindo o terapeuta ocupacional, para adolescentes incluam todos os familiares. Acolhendo demandas maternas, escutando angústias e fortalecer essas cuidadoras para uma melhor vinculação e diálogo com os filhos.

A forma de relacionamento dos pais com os filhos trará implicações para o desenvolvimento psicossocial dos mesmos. Segundo Texeira, Bardagi e Gomes (2004) o estilo parental está relacionado com o contexto, as atitudes, práticas disciplinares, suas crenças e valores, proporcionados no dia a dia com os filhos. Pais negligentes não são nem afetivos, nem exigentes, demonstram pouco envolvimento com a tarefa de socialização do adolescente, não monitorando seu comportamento. Tendem a manter seus filhos a distância, respondendo apenas as necessidades básicas, e geralmente estão centrados em seus próprios interesses. Filhos criados sob este padrão apresentam os piores índices de ajustamento entre os quatro estilos, com menor competência social e cognitiva, além de problemas emocionais e comportamentais (BARDAGI; GOMES; TEIXEIRA, 2004).

Acredita-se que as adolescentes compreendam melhor a influência do estilo parental na sua vida, e podem ser mais sensíveis e críticas sobre as relações familiares do que os adolescentes. Na literatura pesquisada os indivíduos que apresentam altos níveis para a dimensão exigência geralmente tendem apresentar bom comportamento e se mostrarem competentes para o desempenho de suas atividades. Por outro lado, a dimensão exigência também pode estar relacionada a indivíduos que apresentam baixa autoestima, preocupados e inseguros quanto ao próprio desempenho, e maior presença de sintomatologia psicológica. Já os indivíduos com altos índices para a dimensão responsividade teriam melhores índices de bem-estar psicológico, maior autoestima e autoconfiança (CONRADE, 2001). Percebe-se, portanto, a influência do estilo parental sobre as habilidades sociais e saúde mental dos adolescentes, e suas repercussões para a vida adulta. Nesse sentido, os profissionais que atuam com esse público podem desenvolver ações envolvendo adolescentes e seus familiares, para a promoção da saúde mental e prevenção de agravos no intuito de que estilos parentais prejudiciais não se perpetuem entre gerações.

CONCLUSÃO

A família tem papel fundamental no desenvolvimento psicossocial do adolescente e o estilo parental irá influenciar significativamente a vida social e emocional, tornando-se um fator de risco ou de proteção. Portanto, ações de promoção da saúde mental, promovidas pela equipe multiprofissional e, dentre essas, o terapeuta ocupacional, devem incluir a família, no sentido de fortalecer os vínculos e estimular o diálogo entre seus membros. Quanto os adolescentes do estudo, apesar da vivência em situação de vulnerabilidade social, as relações familiares foram percebidas como fortes, embora as adolescentes demonstrem um desequilíbrio na relação com os pais. Na relação à mãe têm sido a pessoa de referência e de maior diálogo nas famílias.

No que concerne aos estilos parentais, o estudo mostrou uma maior prevalência do estilo negligente, que é o mais presente entre os indivíduos envolvidos em problemas comportamentais e emocionais. Percebe-se, portanto, a necessidade de uma maior participação dos pais nos cuidados com os filhos adolescentes, através de uma relação dialógica, que estimule a autonomia e a interatividade.

REFERÊNCIAS

- ARO H. et al. Determinants of health in early adulthood What is the role of parental education, childhood adversities, and own education? **European Journal of Public Health**, 2005.
- AYRES, J. R. C. M. et al. Riscos, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: AKERMAN, M. et al. organizadores. Tratado de saúde coletiva. 2006. 375-417
- BARDAGI M.P., GOMES W.B.; TEIXEIRA M. A. P. Refinamento de um Instrumento para Avaliar Responsividade e Exigência Parental Percebidas na Adolescência. *Avaliação Psicológica*, (3)1, 2004, pp. 1-1
- BENVEGNO, L. A. et al. Work and behavioural problems in children and adolescents. *Int. J. Epidemiol.* 2005, p. 34.
- CONRADE, G. H. O. R. Differential parenting styles for fathers and mothers: Differential treatment for sons and daughters. **Australian Journal of Psychology**, 53(1), 29-35, 2001.
- DRUMMOND, H.; DRUMMOND, M. *Drogas: a busca de respostas*. São Paulo: Loyola. 1998.
- GOMES, W. B.; PACHECO, J. T. B.; TEIXEIRA, M. A. P. Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, (2), 117-126, 1999.

KALOUSTIAN S. M; FERRARI M. Introdução, In SM Kaloustian (org.). Família brasileira, a base de tudo. Ed. Cortez-Unicef; São Paulo-Brasília, 1994.

PALOS, P. A.; PICK, S. Impact of the family on the sex lives of adolescents. *Adolescent.*; p.30 (119), 667-675, 1995.

ROSA, L.C. A inclusão da família nos projetos terapêuticos dos serviços de saúde mental. **Psicol Rev Belo Horizonte**, Belo Horizonte 2005.

Terapia Ocupacional Social e as ações junto a um equipamento da Proteção Social Básica de Vitória, ES

Giovanna Bardi

Iamara Santos Paula

Luciana Siqueira da Costa

Maria Daniela Corrêa de Macedo

Gustavo Artur Monzeli

No ano de 2004 tem-se a criação da Política Nacional da Assistência Social, um importante marco no que compete à proteção social dos brasileiros. Posteriormente, em 2011, a Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Assistência Social reconheceu a Terapia Ocupacional como uma profissão que pode integrar os equipamentos da Assistência Social, contudo a sua inserção efetiva não se deu em todos esses espaços. Levando em consideração a importância deste profissional nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social, este trabalho tem como objetivo relatar as ações desenvolvidas pela Terapia Ocupacional Social, por meio de uma parceria entre a Universidade e um equipamento da Proteção Social Básica no município de Vitória, ES, com vistas a fortalecer a rede de suporte social de idosos que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Essas ações se deram por meio de encontros grupais, ocorridos quinzenalmente, e ações territoriais. O grupo proporcionou aos idosos o acesso aos seus direitos, o sentimento de pertencimento e o desenvolvimento de vínculo entre os participantes e a comunidade possibilitando maior autonomia aos idosos. Além disso, a parceria possibilitou a divulgação e fortalecimento do trabalho dos profissionais de Terapia Ocupacional na Assistência Social.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional Social; Assistência social; Idosos.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil, promulgada no ano de 1988, assegura os direitos fundamentais e sociais como dever do Estado, deliberando a Assistência Social no campo da seguridade social. A partir disso, foi criada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelecendo e reafirmando a Assistência Social como um direito social (BRASIL, 1988).

No ano de 2004 tem-se, portanto, a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), um importante marco no que compete à proteção social dos brasileiros no âmbito da seguridade social (BRASIL, 2004). Deste modo, em 2005 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é implementado, de acordo com as determinações da LOAS e da PNAS, passando a ser visto como um mecanismo que permite concretizar as políticas públicas da área por meio dos seus níveis de complexidade, a saber: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo o último dividido em Média Complexidade e Alta Complexidade (BRASIL, 2005).

Na Proteção Social Básica, o maior objetivo é prevenir situações de risco, às populações que vivem em situações de vulnerabilidade social, e/ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social. Para isso, o SUAS oferta, dentre outros equipamentos, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), um equipamento da Proteção Social Básica que é responsável por trabalhar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no território, com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade, riscos sociais e fragilização de vínculos (BRASIL, 2005; BRASIL, 2009).

No município de Vitória, Espírito Santo, todos os 12 CRAS, possuem uma equipe multidisciplinar que não contempla terapeutas ocupacionais. A partir desta constatação, e reconhecendo a importância deste profissional no SUAS, foi estabelecida uma parceria entre o equipamento e o Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo (Projeto Metuia), ambos localizados no mesmo bairro. A parceria teve como objetivo contribuir com as competências do terapeuta ocupacional no âmbito da Assistência Social na instituição, tais como: realizar acompanhamento individual e territorial; promover a inclusão sociocomunitária, o pertencimento social, o protagonismo social e o fortalecimento das redes sociais e de suporte; partindo de princípios éticos e políticos pautados na autonomia, dialogia, interdependência e proteção dos direitos (ALMEIDA et al, 2012).

Destacamos que, segundo Almeida et al (2012), a partir de 2011, os terapeutas ocupacionais passam a compor, por meio da Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Assistência Social, a equipe de referência dos equipamentos da Assistência Social, contudo seu processo de inserção efetiva nos mesmos nem sempre se concretiza, como pudemos observar a partir deste equipamento no município de Vitória.

No momento em que se iniciou a parceria, a coordenação do CRAS nos colocou que havia no território um grande número de idosos em vulnerabilidade social com perfil para o acessar o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Assim, propusemos intervir junto a esses

idosos e seus familiares, por meio de um grupo, com vistas a desenvolver um Plano de Acompanhamento Familiar coletivo (PAF coletivo).

METODOLOGIA

Os Grupos do BPC ocorriam com a presença de um profissional da equipe do CRAS, uma terapeuta ocupacional, estagiárias e extensionistas do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo, e cerca de 19 idosos. Todos os idosos participantes do grupo eram pertencentes ao território e acompanhados pelo CRAS, e estavam sob uma das seguintes condições: serem beneficiários do BPC ou terem dado entrada para começar a receber o BPC ou terem intenção de solicitar o recebimento do mesmo. Ressalta-se que o grupo teve o intuito também de abarcar, dentro de suas possibilidades, os familiares e acompanhantes destes idosos.

Os Grupos do BPC ocorreram quinzenalmente, às quartas feiras, de 9h da manhã às 11:00h no CRAS, contando também com atividades externas, segundo interesse dos participantes. O grupo ocorreu do mês de março a junho de 2018, e, após uma pausa, do mês de agosto até dezembro de 2018. Além disso, os profissionais da equipe do CRAS, estagiárias e extensionistas realizavam encontros semanais às segundas-feiras para o planejamento do próximo grupo e avaliação do último ocorrido, a fim de discutir conjuntamente as ações realizadas e os seus desdobramentos. Os grupos realizados foram supervisionados pela terapeuta ocupacional e pelas professoras nas supervisões de estágio.

Durante o processo grupal também se realizou o Plano de Acompanhamento Familiar – PAF coletivo que é um instrumento para o planejamento conjunto com a família e o profissional do acompanhamento familiar, sendo um instrumento de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas com as famílias. O PAF está em consonância com o que preconiza o Estatuto do Idoso, possuindo eixos específicos que são: documentação, educação, trabalho, habitação, convivência familiar, convivência comunitária (cultura, esporte, lazer) mobilização social, saúde, segurança alimentar, justiça, vida e dignidade.

Diante da perspectiva da Terapia Ocupacional Social, o grupo pode ser um espaço para lançar mão de atividades como recurso mediador do trabalho de aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos, individuais e coletivos, para os quais direciona sua ação. A utilização da atividade possibilitou o aprendizado

e o reconhecimento de necessidades dos sujeitos e o desenvolvimento de suas capacidades para buscar soluções próprias e criativas, tornando a técnica dependente da interpretação e da apreensão da realidade, e não o inverso (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na realização do primeiro grupo os eixos do PAF foram apresentados e especificados aos idosos de maneira didática a partir de painéis feitos de papel e caneta piloto, onde cada um pode colocar as informações desejadas referentes a cada eixo, de forma que ficasse visível e que pudesse promover a reflexão conjunta de todos.

No decorrer dos encontros, surgiram relatos sobre vulnerabilidades relacionadas a conflitos e/ou negligência dos filhos; falta de conhecimento e informação a respeito dos serviços formais e informais do território e do cartão de transporte gratuito para idosos; e questões relacionadas ao lazer, onde a maioria relatou não ter momentos de lazer e, os que relataram ter, estavam relacionados a compromissos com os netos e diversão de familiares em sua maioria.

Compreendemos que é a partir da identificação das demandas, individuais ou coletivas, que o terapeuta ocupacional é capaz de problematizar, compreender e se aprofundar no contexto e elaboração de projetos e intervenções que visem a produção de autonomia, identidades sociais e exercício de cidadania (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002). Partindo desse pressuposto, por meio da identificação das potencialidades, vulnerabilidades e escolha das temáticas de preferência dos idosos participantes do grupo, as atividades funcionaram como eixo organizador da intervenção.

Sendo assim, por meio de rodas de conversa, construção de mapa territorial, atividades e dinâmicas expressivas, corporais e lúdicas e atividades que extrapolaram os muros da instituição, promovemos um espaço para o reconhecimento e exercício da autonomia, da cidadania, do respeito, da valorização de história de vida e memória social dos idosos, além de interconexões com os setores da cidadania, dos direitos humanos, da assistência social, da cultura, da educação, dentre outros, para o fortalecimento da rede de suporte social dos idosos (ALMEIDA et al, 2012).

Embora todos os idosos tivessem uma relação com o BPC (de recebimento ou de solicitação) este não era o nosso foco, mas sim, por meio do PAF coletivo, identificar conjuntamente as fragilidades do cotidiano destes sujeitos e, com eles, estabelecer metas e

projetos de vida que promovessem a prevenção de rupturas sociais nos mais diversos âmbitos de suas vidas.

Ressaltamos que os idosos se sentiram pertencentes ao serviço, e principalmente enquanto integrantes ativos do grupo, com discursos de empoderamento e o compromisso de passar as informações e construções para outros membros da comunidade, assim como o reconhecimento de seus direitos e deveres e de si mesmos enquanto atores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa oportunidade de estar em um equipamento da Assistência Social proporcionou um processo de experimentação e identificação de possibilidades e demandas para a Terapia Ocupacional Social, a partir do entendimento da dinâmica e rotina de um serviço. Foi possível apresentar à equipe os pressupostos teóricos metodológicos e as contribuições e possibilidades de atuação da profissão no âmbito da Proteção Social Básica.

Observamos que podemos contribuir no acompanhamento sistemático das famílias com a equipe técnica da Frente de Acompanhamento, principalmente com foco nos acompanhamentos e investidas no território. Contudo, durante o processo, ocorreram dificuldades, devido ao vínculo empregatício fragilizado e consequente rotatividade dos profissionais do equipamento, o que culminou na resistência por parte de alguns componentes da Frente de Acompanhamento em abrir espaço para o diálogo e contribuições, o que nos leva a reflexão de que é necessário um trabalho de conscientização contínua para o reconhecimento da Terapia Ocupacional neste contexto.

Apesar das dificuldades, os idosos que participaram se vincularam ao grupo e foi possível alcançar os objetivos traçado inicialmente de fortalecimento da autonomia dos sujeitos, reconhecimento da cidadania e de promover o sentimento de pertencimento, vínculo entre os participantes e a comunidade/território.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. D. A.; SOARES, C. R. S.; BARROS, D. D.; GALVANI, D. Processos e Práticas de Formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. **Caderno de Terapia Ocupacional UFSCar**, São Carlos, V. 20, n.1, p.33-41, 2012.
- BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia - terapia ocupacional no campo social. **Mundo Saúde**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 365-369, 2002.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema único de Assistência Social. Norma Operacional Básica – NOB SUAS, aprovada pela Resolução 130 de 15 de julho de 2005. **Diário Oficial da União** – DOU do dia 25 de julho de 2005.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União** – DOU do dia 25 de novembro de 2009.

Grupo de estudos em Terapia Ocupacional Social: um espaço de suporte à formação acadêmica na área social

Janssen Macdowell Cavalcante da Silva

Danilo dos Santos Carmo

Hellem da Silva Tenório

Karoline Maria de Melo Ferreira

Millena Vanusa Cavalcante de Macêdo

Waldez Cavalcante Bezerra

Trata-se de um relato que busca apresentar a experiência de um grupo de estudos, vinculado a um laboratório de pesquisa na área da terapia ocupacional social que articula ações de ensino, pesquisa e extensão. Criado no início de 2019, o Grupo de Estudos em Terapia Ocupacional Social agrega estudantes, docentes e profissionais de terapia ocupacional do estado de Alagoas, interessados na reflexão e no aprofundamento teórico sobre as questões atinentes à área social da terapia ocupacional. Com metodologia de trabalho diversa, o grupo tem se reunido quinzenalmente e buscado responder as necessidades da formação em terapia ocupacional social, para além das discussões realizadas nas disciplinas obrigatórias do curso, constituindo-se em um importante espaço de suporte para a formação acadêmica dos estudantes e de educação continuada para os profissionais. Ao longo do seu primeiro semestre de funcionamento, enquanto atividade integrante de um laboratório de pesquisa, o grupo de estudos tem favorecido, em suas atividades, a criação de um espaço de aprendizagem capaz de suscitar nos participantes o despertar para as questões sociais que norteiam a vida dos indivíduos/grupos em sociedade, com foco nas dinâmicas geradoras das situações de vulnerabilidade social, e para a reflexão teórica sobre os fundamentos, as possibilidades e os limites da atuação profissional no campo social, fornecendo também suporte para os projetos de pesquisa e extensão vinculados ao laboratório.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional Social; Formação; Ensino; Pesquisa; Extensão.

INTRODUÇÃO

Em meio à conjuntura econômica, política e social do Brasil nos anos 1970, e da luta dos movimentos sociais pela redemocratização do país e garantia de direitos, emergiu a

discussão sobre a questão social na terapia ocupacional e a reflexão sobre a dimensão político-social da práxis do terapeuta ocupacional. Visto, então, o social como campo de intervenção profissional, atentou-se que a atuação social implica uma leitura da realidade e das problemáticas expressas da dinâmica social que requer um aporte teórico-metodológico distinto daqueles utilizados no setor saúde. (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002)¹

Percebendo a necessidade do fortalecimento das discussões em torno da área social da terapia ocupacional, em 1998, foi criado o Projeto METUIA, a partir da parceria de docentes de três Universidades do estado de São Paulo: PUC-Campinas, UFScar e USP, com o objetivo de desenvolver conhecimento na área, promover estudos sobre populações em processo de desfiliação, sensibilizar e capacitar estudantes e profissionais de terapia ocupacional, dentre outros. (GALHEIGO, 2016)¹

Como projeto interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte, do qual participam docentes, discentes e profissionais da área de terapia ocupacional, o METUIA se tornou uma importante rede que busca articular ações de ensino, pesquisa e extensão em torno da terapia ocupacional social, atualmente com núcleos presente em seis universidades de diferentes regiões do país: UFSCar; USP (*campus* São Paulo); UNIFESP (*campus* Baixada Santista); UFES; Unb (*campus* Ceilândia); e UFPB/Uncisal.

O curso de terapia ocupacional da instituição de origem da experiência relatada dispõe de apenas uma disciplina obrigatória específica de terapia ocupacional social, ofertada anualmente no terceiro ano do curso com 80h, e outra, ofertada no segundo ano, cujos conteúdos se relacionam com as áreas social e da educação, ficando 30h para cada área. Em seu quarto ano de existência no Projeto Pedagógico do Curso, tem-se observado que essa oferta não tem sido suficiente para uma formação efetiva na área social, pois não possibilita os aprofundamentos teóricos necessários à formação na área. Em virtude disso, o grupo de estudos se constituiu a partir da necessidade de criação de um espaço de suporte à formação em terapia ocupacional social que pudesse agregar estudantes, docentes e profissionais interessados nas questões que circunscrevem o campo social.

Diante desse contexto, o objetivo principal do relato é apresentar a experiência de um grupo de estudos em terapia ocupacional social, vinculado a um laboratório de pesquisa de um Núcleo METUIA. O grupo de estudos tem como objetivos e constituir enquanto espaço para a formação acadêmica de estudantes e de educação continuada de profissionais de terapia ocupacional, interessados na reflexão teórica sobre a área social da profissão, além de fornecer suporte para os projetos de pesquisa e extensão vinculados ao laboratório.

METODOLOGIA

Com a necessidade de ampliar os espaços de discussões voltados à área da terapia ocupacional social na formação acadêmica, o Grupo de Estudos em Terapia Ocupacional Social foi criado no início de 2019, como parte das atividades de um núcleo do Laboratório METUIA na região Nordeste do Brasil.

O grupo é composto por uma média de treze estudantes de todos os períodos do curso, três profissionais terapeutas ocupacionais e dois docentes do curso de terapia ocupacional da instituição. O funcionamento do grupo caracteriza-se pela realização de encontros quinzenais, sempre norteados pela discussão de algum tema escolhido pelos membros, sendo as temáticas abordadas por diversas metodologias e recursos de trabalho, os quais buscam dinamizar os encontros e priorizar a construção do conhecimento coletivamente. Em seu primeiro semestre de funcionamento, foram realizados seis encontros e os temas giraram em torno, principalmente, da compreensão sobre a terapia ocupacional social em si: história e constituição da área; seus referenciais teóricos e metodológicos de atuação e pesquisa; suas proximidades e distanciamentos em relação à área da saúde. A partir dessas discussões, o grupo percebeu a necessidade de discutir outros temas, tais como a relação entre capitalismo, Estado, políticas sociais e as demandas e necessidades sociais.

Para fortalecer o papel do grupo de estudos na formação e integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão do Laboratório METUIA na instituição, além dos estudantes que só querem participar do grupo de estudos, participam também os estudantes que desenvolvem os projetos de pesquisa e extensão vinculados ao Laboratório.

Em relação à pesquisa, o Laboratório vem desenvolvendo o projeto intitulado “Juventudes, vulnerabilidade social e redes sociais de suporte: um estudo no contexto da execução das medidas socioeducativas em meio aberto e da escola pública em Maceió, AL”, que tem como objetivo principal investigar os diferentes aspectos que envolvem as redes sociais de suporte de jovens, em sua interface com a vulnerabilidade social e a violência, mais especificamente em torno da problemática das juventudes em conflito com a lei e daquela inserida no contexto da escola pública.

Referente à extensão, foi articulado um projeto que tem como título “Juventudes, redes de suporte e cidadania: ações da terapia ocupacional social em contextos de vulnerabilidade”, o qual busca promover a formação prática de discentes na área da terapia ocupacional social a

partir de ações junto a jovens em situação de vulnerabilidade, nos contextos de uma escola pública e de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

RESULTADOS

A partir da experiência em andamento, já tem sido perceptível que o grupo de estudos desempenha um papel importante na formação ligada a área social, tanto para os estudantes quanto para os profissionais que participam do mesmo, ao buscar articular um suporte teórico com a socialização das ações de pesquisa e extensão do Laboratório. Com isso, o grupo tem fornecido conhecimentos e desenvolvido reflexões que servem de suporte para as aulas práticas da disciplina de terapia ocupacional no campo social, para o desenvolvimento das ações de extensão na escola pública e no CRAS, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa do Laboratório e dos trabalhos de conclusão de curso na área social.

Para os profissionais, o grupo tem servido como local de se reaproximar da Universidade e, de certa forma, darem continuidade à sua formação, suprimindo lacunas existentes em relação à formação em terapia ocupacional social. Cabe pontuar que os três profissionais participantes, apesar de terem feito a sua graduação na instituição, a sua formação foi anterior ao surgimento da disciplina de terapia ocupacional social no currículo, sendo excluídos desse contato na formação graduada.

Assim, ao extrapolar as discussões presentes durante a disciplina obrigatória, o grupo de estudos tem agregando à formação dos acadêmicos de uma forma significativa, ao promover o contato entre estudantes dos diversos anos do curso, com diferentes experiências teóricas e práticas, e também com profissionais que estão nos serviços.

DISCUSSÃO

O processo de constituição e regulamentação da terapia ocupacional social, como subárea de atuação específica da profissão, recai na compreensão de que o trabalho no campo social implica em demandas específicas para a formação profissional, pois na medida em que este se torna um campo legítimo de intervenção do terapeuta ocupacional, como consequência da crescente relevância das expressões da questão social no mundo contemporâneo, tem sido necessário instituí-lo nos cursos de graduação, pós-graduação e na produção de conhecimentos na área. (LOPES; PAN, 2014)¹

Tal realidade tem colocado inúmeros desafios e demandas específicas para uma formação efetiva de terapeutas ocupacionais na área social. Apesar dos avanços observados, estudos têm demonstrado as fragilidades da formação para atender as necessidades da terapia ocupacional social, além das incompreensões da categoria profissional sobre as especificidades da mesma. Dentre tais fragilidades, tem-se, nos currículos, a ausência ou grande desigualdade da carga horária dos componentes curriculares dedicados ao estudo teórico e prático da subárea, fragilizando a formação. (LOPES; PAN, 2014)³

É nesse cenário que o grupo de estudos da experiência aqui relatada tem propiciado suporte para a qualificação da formação acadêmica, ao oportunizar um espaço de discussão capaz de promover a aquisição de conhecimentos sobre uma área de grande relevância para formação do terapeuta ocupacional, que é a social. Assim, tem alimentado, teoricamente, a necessidade da construção de conhecimentos sobre processos antecedentes as práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo o exposto sobre o papel desempenhado pelo grupo de estudos na formação dos estudantes e profissionais envolvidos, cabe reafirmar a sua importância como estratégia de formação coletiva e de integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Laboratório METUIA da instituição onde se localiza a experiência. Na construção de suas discussões, o grupo tem evidenciado o terapeuta ocupacional como técnico preocupado com as dimensões da vida cotidiana, do fazer humano e com as demandas de ordem social, o que exige um compromisso ético-político com a população e as demandas apresentadas na sua realidade concreta.

Com essa perspectiva, o grupo de estudos conduzirá no segundo semestre, discussões em torno das temáticas dos projetos de extensão e pesquisa, enfocando no estudo de temáticas como juventude, participação social juvenil, violência, escola pública, ato infracional, sexualidade, dentre outros temas, fornecendo assim maiores subsídios teóricos para a realização das atividades de ambos os projetos. O grupo também pretende convidar profissionais que atuam no campo social para socializar as suas experiências práticas e promover reflexões sobre os desafios da atuação social, estreitando os vínculos entre a teoria e a prática.

Por fim, ressalta-se que, apesar de importante, o grupo não supre por completo as fragilidades da formação, uma vez que não atinge todos os estudantes do curso. Faz-se necessário ampliar os espaços de formação obrigatórios, a exemplo da criação de um estágio

em a terapia ocupacional social e aumento da carga horária da disciplina, o que tem esbarrado na insuficiência de docentes e profissionais com formação na área para tal.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002.

GALHEIGO, S. Terapia ocupacional social: uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e de prática. In: LOPES, R.; MALFITANO, A. **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Paulo, EDUFSCAR, 2016, p. 49 - 65.

LOPES, R. E.; PAN, L. C. O ensino de terapia ocupacional social nas universidades públicas do Estado de São Paulo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 24, n. 2, p. 103-111, 2014.

O lazer dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Sayonara Queiroz Coelho

Mayara Silva Gadelha

Bruna Olivia Santos Da Silva

Juliana Da Silva Cajueiro

Babuska Navacho De Azevedo Santos

Marina Araújo Rosas

As inúmeras transformações que se sucedem em um adolescente podem acabar aprofundando a vulnerabilidade social. Sendo ela uma exposição das pessoas a situação de adoecimento, resultando de um conjunto de aspectos, individual ou coletivo, mas também contextual e ambiental. Investigar o lazer de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Estudo de abordagem quantitativa corte transversal e descritivo, realizado com adolescentes de ambos os sexos, com idades 12 a 18 anos incompletos, que vivem em situação de vulnerabilidade social e façam parte de uma Organização Não Governamental localizada na cidade do Recife. Na coleta de dados serão utilizados um questionário sócio demográfico e a Leisure Attitude Scale (Escala de Atitudes Face ao Lazer) com o intuito de abordar a visão dos adolescentes em relação ao lazer. Observa-se que a inclusão e envolvimento dos adolescentes na instituição contribuem para o maior envolvimento nas atividades de lazer, favorecendo a permanência no ensino regular, criando expectativas para o futuro e redução de envolvimento com drogas e conflitos. É de inteira importância organizações inseridas em locais de vulnerabilidade, que ofereçam serviços de equipe multiprofissional, pois contribuem para uma melhoria na qualidade de vida, fornecem a diminuição de riscos concernentes ao ambiente que o adolescente está inserido, além de ser uma oferta de espaço de lazer saudável.

Palavras-chave: Adolescência, Vulnerabilidade, Lazer, Terapia Ocupacional.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu segundo artigo, define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade, e em casos excepcionais, quando disposto na lei, o estatuto se aplica até os 21 anos de idade (BRASIL, 1990). A adolescência consiste em um processo de emancipação afetado por diversos fatores nos quais atitudes,

hábitos e comportamentos se encontram em transformação, podendo ser vista como uma fase de transição do desenvolvimento humano pela quais todos devem passar (BITTENCOURT; FRANÇA; GOLDIM, 2015). Os adolescentes como sujeitos passam a localizar, em sua trajetória de vida recente, a mudança do interesse de brincar para o interesse de conversar, neste contexto a idade de 10 anos se torna o indicador temporal (CAMPOLINA, OLIVEIRA, 2012).

As inúmeras transformações físicas e psíquicas e os conflitos com o meio familiar e social, acabam por aprofundar a vulnerabilidade inerente a essa população específica. A vulnerabilidade está anelada a componentes sociais, incluindo-se a obtenção de informações, que não depende só do sujeito, mas de aspectos, como acesso a meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos e materiais, possibilidade de enfrentar barreiras culturais e/ou políticas, estas feições estão inseridas às análises de vulnerabilidade (AYRES et al, 2009).

As atividades de lazer podem ser identificadas na literatura com relação ao uso do tempo livre, referindo ao momento que o ser humano aproveita o tempo disposto de forma recreativa, sozinho ou em grupo. De tal modo, o lazer afasta do adolescente da vulnerabilidade, conferindo a sensação de liberdade e ganhos pessoais através de atividades prazerosas da escolha do indivíduo (CARLETO; ALVES; GONTIJO, 2010). Segundo a Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA, 2015), essas atividades não obrigatórias, intrinsecamente motivadas e desenvolvidas durante o tempo livre.

Sendo assim, o envolvimento em atividades de lazer pode trazer consequências positivas ou negativas para as pessoas, de modo que elas podem desenvolver seus potenciais e aumentar seu bem-estar, no entanto a atividade de lazer realizada de forma que não proporciona uma melhoria na qualidade de vida não contribui para seu desenvolvimento pessoal, podendo acarretar danos sociais e cognitivos (AQUINO; MARTINS, 2007). Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar o lazer do adolescente e a forma como o mesmo está sendo executado com a proposta de trazer à luz a problemática e fomentar intervenções multiprofissionais voltadas para a promoção de saúde desse público.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de corte transversal e de abordagem quantitativa dos dados, realizado com adolescentes de uma Organização Não Governamental (ONG). Os critérios de inclusão foram: adolescentes com idade entre 12 aos 18 anos incompletos, de ambos os sexos, matriculados na ONG e como critérios de exclusão: adolescentes com déficit

intelectual os com frequência inferior a 10% na ONG. A coleta de dados ocorreu durante o período de junho à agosto de 2017. Foi utilizado como instrumento a escala original de Ragheb & Beard a *Leisure Attitude Scale* (RAGHEB; BEARD, 1982), adaptada por Freire e Fonte (2002). Os procedimentos éticos necessários à execução deste presente estudo foram respeitados, sendo aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da UFPE com número do parecer 2.106.776, que contempla os requisitos éticos propostos pela Resolução nº466/12 do Conselho Nacional De Saúde.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 30 adolescentes, com idades entre 12 e 16 anos. Destes 10 são do sexo masculino e 20 do feminino. Quanto a raça/cor em que os adolescentes entrevistados se enquadram a maioria, 63,33%, se considera “parda”. Todos os adolescentes estão em processo de conclusão do ensino regular, sendo que 86,66% estão no ensino fundamental II, do 6º ao 9º ano, no fundamental I adolescentes do 4º ao 5º ano, totalizando 10% e em sua minoria com 3,34% no ensino médio. A estrutura familiar predominante foi a monoparental e, em relação ao lazer, os dados apontaram que 56,66% não praticam atividade de lazer na comunidade. Os 43,33% que realizam são adolescentes com idade entre 12 e 14 anos, distribuídos das seguintes maneiras: 53,84% com 12 anos; 23,07% com 13 e o mesmo percentual com 14 anos.

Os resultados obtidos através da Escala de Atitudes Face ao Lazer foram estratificados por sexo, devido às diferenças no padrão comportamental de meninos e meninas em relação ao lazer; e por idade, já que adolescentes com faixas etárias limítrofes, ou seja, próximo à infância e a fase adulta, costumam ter variação no tipo de atividade de lazer. Sendo assim, tem-se os Grupos: 1, com adolescentes de 12 a 13 anos, sendo 15 meninas e 6 meninos e o 2, com adolescentes de 14 a 16 anos, sendo 5 meninas e 4 meninos.

De acordo com cada componente da escala que corresponde ao cognitivo, afetivo e comportamental, o grupo 1 obteve 100% de atitudes positivas em ambos os sexos para os três componentes e consequentemente o total desta escala também foi 100% de atitudes positivas. No grupo 2, os componentes cognitivos e afetivos, de ambos os sexos, obtiveram 100% de atitudes positivas, entretanto, no que diz respeito ao componente comportamental, observou-se que, no total, 77,78% dos adolescentes tiveram atitudes positivas. No grupo 1 cerca de 52,38% praticam lazer na comunidade, já 42,86% do grupo correspondente não realizam atividade de lazer na comunidade. No que se refere ao grupo 2, cerca de 33,33% deles realizam atividade de lazer na comunidade.

DISCUSSÃO

Diante dos resultados encontrados na presente pesquisa, os adolescentes encontravam-se, na faixa etária de 12 a 16 anos. Segundo Matias et al. (2010) é nessa faixa etária em que os jovens começam a intensificar o número de atividades ocupacionais, tais como, entrada no Ensino Médio e no mercado de trabalho, e ocorre também uma redução das práticas esportivas. Em contrapartida os adolescentes de 12 a 14 anos dedicam maior tempo a assistir a televisão e a brincar, já os mais jovens com idade de até 16 anos preferem atividades de lazer fora de casa (SARRIERA et. al., 2007).

A inserção destes adolescentes no ensino regular beneficia o desenvolvimento para práticas sociais e esportivas, além de evitar atos infracionais, garantia de acesso e facilitação de informações de seus direitos fundamentais. Todos os adolescentes da pesquisa têm sua permanência na escola e realizam atividades esportivas, pois além da escola têm-se o incentivo da ONG que favorece a permanência dos mesmos a conclusão do ensino regular, e a estimulação de práticas que promovam o crescimento (GOMES et. al., 2015). O fato dos adolescentes entrevistados realizarem atividade de lazer na comunidade compreende como um dispositivo que se torna um facilitador do lazer, tendo em vista que é um ambiente gratuito, que não está associado apenas à prática de atividade física, mas social, de lazer e diversão tornando-se um ambiente para a promoção de saúde (PIERONE et. al., 2016). A proposição de mais ofertas de lazer aos adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social, pode favorecer uma redução nos fatores de risco que já são inerentes a essa condição.

Os adolescentes mais jovens demonstraram que acreditam no lazer como reparador do cansaço físico provocado por tensões típicas das obrigações do dia a dia, sendo assim uma atividade compensatória que provoca prazer e satisfação. De maneira geral essa faixa etária difere em alguns aspectos como: possuem outras atividades, e ocupam seu tempo com outros afazeres ao invés de buscar uma capacitação para melhor realizar as atividades de lazer, não dão grande prioridade a elas e não realizam se não forem planejadas (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013).

Os adolescentes, principalmente os mais velhos preferem as atividades de lazer que possuem pouca ou nenhuma interação social, nestes casos, atividades sem gasto energético como apurados na pesquisa em que ambos os adolescentes tiveram uma porcentagem maior no uso de aparelhos eletrônicos, o que pode prejudicar em algumas áreas do desempenho ocupacional (MATIAS et. al., 2012). Verifica-se que os adolescentes mais jovens têm o brincar como segundo lugar em sua preferência, sendo esta uma prática de estimulação psicomotora,

tendo o caráter positivo. Outro fator positivo apurado na pesquisa é a realização de outras ocupações além do turno da escola, considerando assim além de atividade extraescolar como atividade de lazer, obtendo um caráter lúdico e de prazer. Vê-se que tais aspectos favorecem a diminuição da taxa de abandono escolar, melhoria em resultados cognitivos, redução de comportamento de risco e planos futuros (CARVALHO; MACHADO, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa permitiram detalhar as atividades de lazer dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, implicando quais os fatores contribuem para atitudes de lazer positivas e quais se procedem para atitudes negativas. A Escala de Atitudes Face ao Lazer, por ter uma aplicabilidade versátil, pode ser utilizada por profissionais, como o terapeuta ocupacional, que atua diretamente com os adolescentes, seja no âmbito educacional, de saúde e/ou de assistência social. Quanto mais o envolvimento com atividade de lazer positiva menor a relação com o comportamento de risco, envolvimento de drogas lícitas e ilícitas e a violência juvenil, na forma de brigas e enfrentamentos. Dessa forma sugere-se a continuidade da pesquisa de caráter qualitativos seguindo a mesma linhagem do artigo presente, e que visem a investigação do lazer dos adolescentes, com o intuito de contribuir tanto com a prática profissional, nas áreas da educação, saúde e assistência, quanto com o subsidio para o norteamto de políticas públicas de investimento em mais espaços de lazer nas comunidades, visto que o envolvimento em atividades diversificadas contribui com o desenvolvimento saudável, promoção de saúde e qualidade de vida, bem como estratégia de proteção à situação de risco.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE TERAPIA OCUPACIONAL (AOTA). Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo 3ª ed. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**. (Ed. Especial). 2015; 26(1): 1-49.

AQUINO CAB; MARTINS JCO. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza. 2007; 7(2): 479-500.

AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA, I.; JUNQUEIRA, G.; SALETTI, H.C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas em Saúde. Novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia D;

Machado C. **Organizadores. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências.** 2a ed. Rio de Janeiro. Fiocruz. 2009, p. 121-43.

BITTENCOURT, A. L. P.; FRANÇA, L. G.; GOLDIM, J. R. **Adolescência vulnerável: fatores biopsicossociais relacionados ao uso de drogas.** Revista Bioética. Brasília, 2015; 23(2): 311-319.

BRASIL. Presidência da Repúb. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Diário Oficial da União; 1990.

CAMPOLINA, L. O.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Aspectos semióticos da transição infância-adolescência: o contexto na escola. **Psicologia argumento**, Curitiba. 2012; 30(70): 537-546.

CARLETO, D. G. S.; ALVES, H. C.; GONTIJO, D. T. Promoção de Saúde, Desempenho Ocupacional e Vulnerabilidade Social: subsídios para a intervenção da Terapia Ocupacional com adolescentes acolhidas institucionalmente. **Revista de Terapia Ocupacional.** Univ. São Paulo. 2010; 21(1): 89-97.

CARVALHO MJS; MACHADO JB. Análise dos usos do tempo entre crianças acerca das relações de gênero e de classe social. **Currículo sem Fronteiras.** 2006; 6(1): 70-81.

CONCEIÇÃO WL; ONOFRE EMC. Adolescentes em privação de liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud.** 2013; 11(2): 573-585.

FREIRE, T.; FONTE, C. **Escala de Atitudes face ao Lazer.** Tradução e adaptação de MG.

MATIAS, T. S.; ROLIM, M. K. S. B.; SCHMOELZ, C. P.; ANDRADE, A. **Hábitos de atividade física e lazer de adolescentes.** Pensar a Prática, Goiânia, 2012; 15(3): 551-820

GOMES, M. B. et al. Adolescência, drogas e religiosidade no município de São Paulo - Brasil. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 65, n. 142, p. 1-13, jan. 2015.

MATIAS TS; ROLIM MKSB; SCHMOELZ CP; ANDRADE, A. Hábitos de atividade física e lazer de adolescentes. **Pensar a Prática**, Goiânia, 2012; 15(3): 551-820.

PIERONE JM; VIZZOTTO MM; HELENO MG; FARHAT CAV; SERAFIM AP. VAIANO ACF; PÁDUA AS. Qualidade de vida de usuários de parques públicos. **Bol. Psicologia.** São Paulo. 2016; 66(144): 0006-5943.

RAGHEB MG; BEARD JG. Measuring Leisure Attitude. **Journal of leisure Research.** 1982; 14(2): 155-167.

SARRIERA JC; TATIM DC; COELHO RPS; BUCKER J. Uso do Tempo Livre por Adolescentes de Classe Popular. **Psicologia: Reflexão e Crítica.** 2007; 20(3): 361-367.

“Como poderei viver sem a tua companhia”: relato de experiência do resgate cultural de cantigas de roda e jogos para crianças pré-escolares de creche

Karina Costa de Oliveira

Angélica Carvalho Lemos

O presente trabalho consiste em relato de experiência a respeito da atuação da terapia ocupacional nos espaços de promoção do desenvolvimento da primeira infância, a saber, creche filantrópica situada em município do estado de Minas Gerais. Em específico, ações vinculadas ao estágio da área de prevenção e promoção da saúde, do curso de graduação em Terapia Ocupacional. A creche atende crianças da comunidade em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O presente relato contempla 15 crianças da faixa etária de 36 a 42 meses, frequentes na turma do maternal 3 no período de abril a junho de 2019. METODOLOGIA: A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano ampara as ações ao abordar o mesossistema creche-casa com suas nuances e peculiaridades, como faixa etária das crianças, aspectos socioculturais, fatores ambientais e familiares (BRONFENBRENNER, 2011). Para o plano de intervenção terapêutica foi adotada a abordagem de psicomotricidade e com eixo norteador os jogos cooperativos (FONSECA, 2019). A inserção de cantigas de roda e contação de histórias no contexto dos jogos cooperativos temáticos proporcionaram ampliar o envolvimento e participação ativa das crianças. DISCUSSÃO: As cantigas de roda promoveram o resgate cultural das letras, coreografias e gestos, além de fortalecer a interação entre os pares. Em consonância a livre expressão da criança e engajamento do adulto (educador infantil e estagiárias) ao revisitar a sua infância, resgatar e lembrar cantigas de roda (KISHIMOTO, 2017). CONCLUSÃO: A atuação da terapia ocupacional na creche com enfoque a promoção de saúde por meio do brincar é essencial nos contextos de educação infantil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em relato de experiência a respeito da atuação da terapia ocupacional nos espaços de promoção do desenvolvimento da primeira infância, a saber, creche filantrópica. Em específico ações vinculadas ao estágio da área de prevenção e promoção da saúde para faixa etária infância e adolescência, do curso de graduação em Terapia Ocupacional.

A instituição tem como público alvo crianças da comunidade em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente assiste a 35 crianças, com faixa etária de 18 a 42 meses, o presente relato contempla 15 crianças da faixa etária de 36 a 42 meses, matriculadas e frequentes na turma do maternal 3 no período de abril a junho de 2019.

METODOLOGIA

Tendo como base os modelos teóricos a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, as abordagens contemplam a Psicomotricidade com ênfase na inserção de jogos cooperativos. O cronograma de atividades foi previamente elaborado a partir de observações do desempenho das crianças nos espaços coletivos da creche, a saber, cantina, sala de aula, pátio; ainda registro da rotina das crianças. Diante disso o plano de intervenção terapêutico ocupacional foi delimitado, os objetivos visavam a inserção e ampliação do contexto lúdico de jogos e brincadeiras, vigilância do desenvolvimento infantil, e ressalta-se a contribuição da Terapia Ocupacional para a promoção da saúde e autonomia das crianças pré-escolares inseridas em creches e de famílias em vulnerabilidade socioeconômica (BARBA et al, 2003)

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano ampara as ações ao abordar o mesossistema creche-casa com suas nuances e peculiaridades, como faixa etária das crianças, aspectos socioculturais, fatores familiares e fatores do ambiente pré-escolar (BRONFENBRENNER, 2011).

Para o plano de intervenção terapêutica foi adotada a abordagem de psicomotricidade e com eixo norteador os jogos cooperativos (FONSECA, 2019). A inserção de cantigas de roda e contação de histórias no contexto dos jogos cooperativos temáticos proporcionaram ampliar o envolvimento e participação ativa das crianças, ainda como recursos objetos sonoros (instrumentos de percussão), objetos lúdicos (fantoques, painéis temáticos) e a música.

O resgate das cantigas de roda traz para o cotidiano das crianças aspectos culturais históricos, por ser construída socialmente e mutável, permitindo a expressão livre da criança em sua representação de realidade atual (KISHIMOTO, 2017).

RESULTADOS

Com a análise do nível de engajamento ao participar das atividades, observamos que ao longo das semanas conseguimos adequar o formato das atividades de acordo com o perfil da

turma e obtivemos respostas positivas em relação a atenção e concentração nas atividades propostas, além de uma cooperação do grupo de crianças.

Os jogos cooperativos, com enfoque a brincadeira denominada “Onda no lençol”, foi a que propiciou observar a interação das crianças, resolução de problemas e a necessidade de inserção de atividades que propiciassem relaxamento por meio das cantigas de roda. Assim esta atividade foi selecionada como a de inicialização, para tal era adotada ao longo de todos os encontros visando preparar e antecipar as crianças para o momento do jogo.

Em consonância a atividade de circuito psicomotor e tapete sensorial possibilitaram um engajamento das crianças entre os pares e entre adultos (educador infantil e estagiárias de TO), a inserção de contexto lúdico com criação coletiva e espontânea de histórias sob a temática desejada pelas crianças, ao contar com a participação ativa das mesmas do processo de elaboração as etapas de acontecimentos (início, meio e fim da história). Para complementar a experiência lúdica optou-se pela adesão ao “caminho sensorial”, este confeccionado com objetos de diversas texturas, incluindo reciclados, com técnica de colagem para fixação dos objetos sobre tecido de 4 metros disposto sobre o chão da sala.

O percurso, ou seja, a criança realizar o trajeto sobre o tapete sensorial, foi potencializador para a inserção do lúdico, por ser divertido, prazeroso e espontâneo a interação das crianças ao “caminhar” pelo tapete. A inclusão de elementos de finalização, como exemplo a meta para completar o trajeto sobre o caminho sensorial foram estabelecidas tarefas como arremessar a bola no boliche (pinos coloridos) e painel do palhaço ao qual objetiva “acertar a bola na boca do palhaço”. A bateria psicomotora foi adotada visando nortear a elaboração dos jogos e objetos adotados, aqui sob a temática “o circo”.

Para ofertar vivência de exploração livre foi adotado a atividade de confecção de massinha de modelar, possibilitou as crianças a descoberta de construção do próprio “brinquedo”, sequenciamento, cooperação ao compartilhar os ingredientes e materiais como bacia, farinha de trigo, água, dentre outros. Após a confecção cada criança pode escolher e “tingir” a cor da sua massinha e modelar de forma livre, objetos, animais, dentre outros.

As cantigas de roda regionais foram inseridas ao longo das atividades, a música promove o momento de presença, desperta o interesse, portanto é uma forma atrativa de envolver a criança para a atividade. As cantigas em especial oferta a valorização da cultura local, resgate das cantigas inseridas na brincadeira. As cantigas selecionadas foram “A canoa virou” e “Peixe vivo”, com inserção de elementos de dobradura, como barquinhos e pássaros de papel, tecido azul para representar a água (o mar da letra da música), e as crianças representaram com o corpo o movimento dos peixes.

A experiência propiciou para as crianças o momento de expressar suas peculiaridades, gostos e repertório lúdico.

DISCUSSÃO

As cantigas de roda promoveram o resgate cultural das letras, coreografias e gestos, além de fortalecer a interação entre os pares. Em consonância a livre expressão da criança e engajamento do adulto (educador infantil e estagiárias) ao revisitar a sua infância, resgatar e relembrar cantigas de roda (KISHIMOTO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da terapia ocupacional na creche com enfoque a promoção de saúde por meio do brincar é essencial nos contextos de educação infantil. A creche tem um papel tanto social quanto educativo e a terapia ocupacional induz a participação ativa da criança em seu papel de brincar e em seu próprio processo de desenvolvimento, valorizando seus espaços que são de extrema importância, ressignificação junto às educadoras, o olhar para as possibilidades e desafios no contexto para buscar melhores resultados no cuidado das crianças (CARRASCO, 2005).

REFERÊNCIAS

- Barba, P., Martinez, C. Carrasco, B. Health promotion and early education: pathway of child developmental. *Paidéia*, Ribeirão Preto, 13(26), 2003, 141-146.
- BRONFENBRENNER, U. *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CARRASCO, B. G. Retrato de uma creche: possibilidades da atuação da terapia ocupacional na educação infantil (0-2 anos). *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 13, n. 2, 2005.
- DA FONSECA, V. *Psicomotricidade e Neuropsicologia: Uma abordagem evolucionista*. Wak, 2019.
- KISHIMOTO, T. M. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. Cortez editora, 2017.
- SILVA, C. O. CASTRO, P. A. As cantigas de roda no contexto da educação infantil. In: III Congresso Nacional de Educação – CONEDU, v.1, 2016, Natal. **Anais...** Editora Realize, 2016.

Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php>>. Acesso em:
01/07/2019.

Terapia Ocupacional Social e a promoção de espaços de convivência e sociabilidade juvenil

Marina Jorge da Silva

Ana Paula Serrata Malfitano

Desde 2005, partindo de uma perspectiva sócio-histórica, tem desenvolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão em terapia ocupacional social, sobretudo na forma de Oficina, Dinâmicas e Projetos em uma comunidade periférica urbana com vistas a criação de formas de enfrentamento a situações de vulnerabilidade a que estão submetidos adolescentes e jovens de grupos populares urbanos. Parte-se do princípio que o ser humano, enquanto ser social, só se realiza na esfera coletiva da vida. Entendendo a pluralidade que constitui essa dimensão coletiva da vida como um elemento essencial para seu incremento, identifica-se a convivência e a sociabilidade como uma experiência que pode ser criada e/ou estimulada de modo a promover o encontro com a pluralidade como um aspecto de fortalecimento dos sujeitos, em detrimento de seu uso como justificativa para admissão de desigualdades. Realizou-se a objetivação participante em Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos, ao longo do ano de 2017; e entrevistas com cinco jovens participantes daquelas oficinas. Objetivou-se identificar se aqueles espaços, de alguma maneira, produzem uma experiência positiva de encontro e composição com a pluralidade. Chegou-se à conclusão que as oficinas se constituem como um espaço de fomento à convivência e, por conseguinte, de acesso às diversidades que habitam os espaços coletivos. Ainda, identifica-se o terapeuta ocupacional social como um ator com repertório e atividades que se colocam como potente estímulo à experimentação de espaços democráticos, sobretudo em um contexto de exclusão social como é a realidade brasileira.

Palavras-chave: Espaço público; Terapia ocupacional social; Juventude; Sociabilidade urbana.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento social da juventude como categoria de prioridade política é um processo sócio-histórico recente, complexo e ainda em curso. Com base nas proposições

de Hannah Arendt (2007) se entende a existência de uma ligação indissociável entre o reconhecimento do jovem como ator político, sua chegada no espaço público, e sua efetiva possibilidade de participação na vida coletiva.

Arendt (2007) apresenta a pluralidade como um conceito de grande relevância para a humanidade. Para a autora, a pluralidade incrementa a vida coletiva, ampliando o repertório de possibilidades e enriquecendo a vida com novas perspectivas e ações inovadoras, capazes de trazer à baila o novo na esfera pública. A pluralidade é, portanto, apresentada como uma condição constituinte daquilo que vem a ser a humanidade do humano.

Mais que o reconhecimento da pluralidade como uma condição contextual já posta no mundo no qual nos inserimos, ou como algo com que lidamos desde o nascimento (SANTOS, 2017), a pluralidade passa pela valorização da diversidade humana, posto que as diferenças entre os indivíduos geram um campo fértil à vida coletiva. Essa mesma diversidade tem sido utilizada, historicamente, para justificar iniquidades e desigualdades sociais e, com isso, diversos grupos sociais têm sido colocados à margem, impedidos de participar da construção da vida social e coletiva. Portanto, a pluralidade também pode dificultar a convivência no sentido de que para a construção de um mundo comum, os sujeitos precisam, em alguma medida, se igualar, estabelecer um mínimo denominado comum para poderem, todos, se colocar e, também, respeitar a colocação do outro.

Assim tem sido em relação à juventude e, principalmente à juventude pobre urbana. Para Cassab e Reis (2009), a experiência da pobreza influencia, inclusive, as possibilidades e padrões de sociabilidade dos sujeitos. Logo, identifica-se no contexto da juventude pobre urbana, a importância do fomento de experiências de convivência e sociabilidade, nas quais esse grupo possa efetivar sua participação no/do espaço público, por meio do reconhecimento de seu potencial de contribuição para a vida coletiva (SCHERER, 2014).

Isso posto, utiliza-se a pluralidade como categoria de análise às intervenções terapêutico-ocupacionais sociais realizadas junto a jovens da periferia de uma cidade de médio porte no interior paulista, no sentido de identificar se a prática desenvolvida tem promovido essa dimensão essencial da vida social: o convívio com a pluralidade.

METODOLOGIA

Desde de 2007 são realizadas atividades de extensão em uma mesma região periférica de uma cidade do interior paulista. Essas atividades têm permitido um trilhar

na constituição de espaços coletivos de convivência, ampliando a vinculação com os jovens e a deles com outros grupos geracionais.

Ao longo de todo o ano de 2017 foram realizadas, no bojo de atividades de extensão universitária e de um processo de doutoramento, Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos com jovens e, durante as Oficinas, objetivação participante e entrevistas com cinco participantes. A confluência dessas estratégias objetivou a aproximação concomitante com as perspectivas coletivas e individuais acerca das oficinas como espaço de encontro com a pluralidade.

A perspectiva teórico-metodológica da Objetivação Participante, de acordo com Pierre Bourdieu (2003), consiste no exercício de teorizar sobre a própria prática, enquanto a produz. Já, as Oficinas são uma das técnicas e metodologias de trabalho desenvolvidas pela e para a intervenção em terapia ocupacional social e utilizam atividades diversas como um “recurso mediador do trabalho de aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos, para os quais direciona sua ação” (LOPES et al., 2014, p.595). Dessa maneira, lança-se mão de atividades dramáticas, plásticas e lúdicas, cujos objetivos estão parametrizados pelas noções de cidadania, de direitos/deveres e da participação democrática (LOPES et al., 2014).

RESULTADOS

Todos os jovens entrevistados destacaram em seu discurso o quanto a participação nas oficinas oportunizou o contato com o diferente, com o novo, com uma diversidade de sujeitos e experiências. Desde o encontro com pessoas novas e plurais, a passagem por novos espaços, até o contato com atividades que antes não compunham seu repertório.

“Nossa, muito bom! Eu falo assim por mim, eu não me arrependo de ter frequentado, de ter participado, porque eu conheci muita coisa, conheci muitas pessoas, conhecia muitas coisas diferentes sabe? Coisas que eu não sabia, conheci lugares que não conhecia...” (Lipe, jovem participante).

A oportunidade de trânsito por diferentes espaços, via participação nas oficinas, foi lembrada desde uma simples ida à sorveteria, até uma pequena viagem à cidade vizinha, nunca antes visitada, por ocasião de uma visita à uma exposição artística. Passou-se também por idas a espaços da própria cidade, os quais não (ré)conheciam ser de livre acesso e/ou nunca tinham visitado.

A ampliação de repertório de conhecimentos parece subsidiar a possibilidade de projeção de sonhos e planos de futuro, ainda que, muitas vezes sejam frágeis diante das questões objetivas da vida como a condição socioeconômica desses jovens. Além disso, parece servir aos jovens de fomento à reflexão e à adoção de outros elementos para a leitura da própria realidade e construção de perspectivas palpáveis para a vida:

“Ah, é que você sabe que o mundo vai além do que você vive, que o mundo vai além de uma dificuldade, de um próprio local, você pode sonhar, não só sonhar, mas alcançar, em ter uma vida melhor, por exemplo... Eu acho que a minha infância nesse tipo de projetos influenciou bastante no que eu sou hoje, a ter vontade de estudar, de querer um mundo diferente, por exemplo” (Nayara, jovem participante).

DISCUSSÃO

As atividades realizadas durante as oficinas fomentam o agrupamento das pessoas e se tem buscado ofertá-las em uma variedade que contemple os interesses, desejos e necessidades comunicados pelos jovens (LOPES et al., 2011; LOPES et al., 2014). A partir daí, promovido o encontro, identifica-se esse mesmo recurso como mediador de relações com e entre os sujeitos presentes.

Logo, se reconhece que o trabalho passa por dois níveis de ação: o primeiro que se volta a assegurar o direito ao espaço de convivência, de acesso à pluralidade, e um segundo, decorrente desse primeiro, que passa por pensar uma finalidade à produção dessa convivência e à qualificação desse espaço.

Embora essa divisão seja meramente didática, incluindo dimensões indissociáveis no processo de trabalho, pauta-se a reflexão de que “somente” a promoção da convivência já é algo muito significativo dado o entendimento que a relação com o espaço da pluralidade constitui-se como uma importante instância social de fortalecimento dos jovens, em uma ligação indissociável do exercício político. Portanto, a partir deste trabalho pensa-se a promoção da convivência como estratégia e como “resultado” da ação.

Parte-se da sociabilidade para o reconhecimento do jovem como ator político e da esfera pública como valor político, permeados por elementos democráticos e emancipatórios, favorecendo o exercício legítimo da convivência e do debate (ARENDRT, 2007).

Além disso, ampliação de repertórios por meio do fomento a encontros faz-se particularmente central diante do contexto apresentado por Pereira e Malfitano (2014) que, a partir de uma investigação realizada naquele mesmo território, evidenciam “que uma marca efetiva nas vidas dos jovens estudados se dá pelas possibilidades de circulação pela cidade e os cerceamentos sociais com os quais convivem, cotidianamente, por serem jovens e da periferia” (PEREIRA, MALFITANO, 2014, p. 29).

CONCLUSÃO

As Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos podem ser entendidas como espaço de fomento à convivência e, por conseguinte, de acesso às diversidades que habitam esse espaço coletivo, na compreensão e usufruto da diversidade como algo positivo, não como (re)produção de desigualdades. Dessa forma, tem-se buscado criar espaços de produção de respeito, empatia e solidariedade (LOPES et al, 2014).

Identifica-se, por meio deste trabalho, a ação técnica com potencial para se fazer promotora da vida pública, destacando a ação do terapeuta ocupacional social como mediador, articulador e estímulo para a experiência da vida pública.

Segundo Arendt (2007), para o triunfo da vida política é essencial se considerar a pluralidade humana pois, é por esta que se constrói o diálogo entre as diferenças. Diante disso, parece plausível a hipótese que os espaços das oficinas promovem uma maior convivência e possibilidade de experimentação de “sociabilidade e trocas, que pode transcender para um contexto mais amplo” (SILVA, 2011, p. 104), bem como a promoção de espaços de convivência visando à facilitação de aproximação aos sujeitos e à mediação de demandas para acesso a bens sociais.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 10ª. edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 352p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf. Acesso em 18 de julho de 2019.

SANTOS, M. G. M. Hannah Arendt e a condição humana da pluralidade. **REVISTA SÍSIFO**, v. 1, p. 65-80, 2017. Disponível em: <http://www.revistasisifo.com/2017/11/hannah-arendt-e-condicao-humana-da.html>. Acesso em 18 de julho de 2019.

CASSAB, M. A. T.; REIS, J. R. Juventude e cidade: um debate sobre regulação do território. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 143-154, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/viewIssue/750/260>. Acesso em 18 de julho de 2019.

SILVA, C. R. **Percursos juvenis e trajetórias escolares**: vidas que se tecem nas periferias das cidades. 2011. 332f. Tese (Doutorado no Programa de pós-graduação em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2268?show=full>. Acesso em 18 de julho de 2019.

LOPES, R. E et al. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional: ações com jovens pobres na cidade. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v.22, n.3, p. 591-602, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1114>. Acesso em 18 de julho de 2019.

PEREIRA, P. E.; MALFITANO, A. P. S. Atrás da Cortina de Fumaça: Jovens da Periferia e a Temática das Drogas. **Sau. & Transf. Soc.**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 27-35, 2014. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/2626/3645>. Acesso em 18 de julho de 2019.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L. de O.; CAPPELARO, M. Acompanhamento Individual e Articulação de Recursos em Terapia Ocupacional Social: Compartilhando uma Experiência. **O Mundo da Saúde**, v. 35, p. 233-238, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/acompanhamento_individual_articulacao_recurso_s_terapia.pdf. Acesso em 18 de julho de 2019.